



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA**  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS  
COLEGIADO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS  
CURSO DE LETRAS LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURAS

RAQUEL TEODORO DOS SANTOS

**A ANCESTRALIDADE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E  
REEXISTÊNCIA NA OBRA "CARTAS PARA MINHA AVÓ" DE  
DJAMILA RIBEIRO**

Seabra, Bahia

2025

RAQUEL TEODORO DOS SANTOS

**A ANCESTRALIDADE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA NA  
OBRA "CARTAS PARA MINHA AVÓ" DE DJAMILA RIBEIRO**

Monografia apresentada ao curso de Língua Portuguesa e Literaturas, do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XXIII – Seabra, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras.


Orientadora: Profa. Dra. Aline Nery dos Santos

Seabra, Bahia

2025

## TERMO DE ANUÊNCIA DO ORIENTADOR

Declaro para os devidos fins que li e revisei este trabalho e atesto sua qualidade como resultado final desta monografia. Confirmando que o referencial teórico apresentado é completo e suficiente para fundamentar os objetivos propostos e que a metodologia científica utilizada e os resultados finais são consistentes e com qualidade suficiente para submissão à banca examinadora final do Trabalho de Conclusão de Curso II do curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Literaturas.

Documento assinado digitalmente  
 **ALINE NERY DOS SANTOS**  
Data: 05/12/2025 10:13:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Aline Nery dos Santos

Orientador (a)

**RAQUEL TEODORO DOS SANTOS**

**A ANCESTRALIDADE COMO FORMA DE RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA  
NA OBRA “CARTAS PARA MINHA AVÓ” DE DJAMILA RIBEIRO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e Literaturas do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias - Campus XXIII - DCHT - Campus Seabra da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial à obtenção do grau de licenciada em Letras.

Aprovada em: 07 de agosto de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente



**ALINE NERY DOS SANTOS**

Data: 04/12/2025 17:03:24-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Aline Nery dos Santos**

**Orientador**

Documento assinado digitalmente



**JOSANE SILVA SOUZA**

Data: 04/11/2025 20:53:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Josane Silva Souza**

**Examinador interno (UNEB)**

Documento assinado digitalmente



**RONILDA RODRIGUES DA SILVA OLIVEIRA**

Data: 31/10/2025 17:56:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Ronilda Rodrigues da Silva Oliveira**

**Examinador interno (UNEB)**

**A todas as mulheres que me permitiram alcançar este momento grandioso, dedico este trabalho.**

## **Agradecimentos**

A Deus, pelo dom da vida.

À dona Anália Maria Teodoro, minha avó, que foi a principal inspiração para este trabalho e que, ao longo de seus 85 anos de vida, formou duas gerações de mulheres valentes e imparáveis. E continua a nos agraciar com sua existência potente.

À senhora Ivanilda Aparecida Teodoro, minha mãe, por me impulsionar a ir mais longe e por, com seu amor, dedicação e fé, ter me transformado na pessoa que sou hoje.

Ao senhor Raimundo Gregório dos Santos, meu pai, por ser o braço forte de nossa família, pelo incentivo constante e pelo amor incondicional.

À Vitória Teodoro dos Santos, minha irmã e cúmplice nesses 24 anos de existência. Com você, aprendi o verdadeiro significado de irmandade e doação.

À professora doutora Aline Nery dos Santos, minha orientadora, cuja orientação na graduação foi fundamental para a minha percepção de mundo enquanto mulher negra.

Aos meus/minhas colegas de residência: Amanda, Claudeni, Daelma, Deusiane, Elizama Eloisa, Emile, Lucas, Marli, Priscila, Raniel, Taciere, Taís, Telma e Uerlei, com quem, desde 2023, venho compartilhando histórias e momentos belíssimos.

Em especial ao também residente José Bores de Araújo Júnior, que, durante esse período de escrita, foi muito mais que um amigo: um verdadeiro irmão.

À Camila Oliveira, pela cumplicidade e irmandade.

A Vicente Rodrigues, pelo acolhimento, a me ajudar a enxergar o caminho, pelas longas conversas, pelo afeto e por tudo.

Aos professores do curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia - Campus XXIII - Seabra, com os quais tive contato nessa trajetória, meu muito obrigada.

À memória de Sandra Santos, uma grande amiga que iniciou esta jornada acadêmica ao meu lado. Embora você tenha partido cedo demais, as lembranças que construímos viverão para sempre em meu coração. Por isso, esta conquista também dedico a você.

Às minhas companheiras de quatro patas, Amora e Chocolate, que trouxeram muita alegria e tornaram meus dias mais leves.

A todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente até este momento final.

Gratidão!

**“A força dos olhares cúmplices seus e de minha mãe, mesmo que menos frequentes do que desejávamos, foi fundamental para me ensinar a ver o mundo pela perspectiva da mulher que enfrenta visceralmente o mundo. Ao ver seus olhos na foto, entendi de onde herdei os meus”.  
(Djamila Ribeiro)**

## RESUMO

A obra "Cartas para minha avó" (2021), da renomada ativista, filósofa e escritora negra contemporânea Djamila Ribeiro, oferece um profundo mergulho em suas memórias. Por meio de cartas póstumas à sua avó Antônia, a autora reconstrói sua trajetória da infância à vida adulta, tecendo um diálogo entre o passado e o presente. Este trabalho se propõe a investigar, nos relatos da obra de Ribeiro, a ancestralidade na narrativa como contribuição no processo da autora de se descobrir enquanto mulher negra e de resistir a esse racismo que está alojado na estrutura da nossa sociedade. Pois, no cotidiano de sua mãe, Erani, e sua avó, Antônia, aspectos como o racismo e violências de gênero estavam sempre presentes, mas a resistência delas, diante da opressão, foi essencial para uma reexistência. Este estudo é uma pesquisa bibliográfica que se baseia na análise de fontes online, como livros, artigos científicos, publicações de revistas e entrevistas da mídia. O objetivo é apresentar um breve panorama da chegada dos povos africanos ao Brasil e da subsequente construção da identidade afrodescendente, com foco nos debates sobre a ancestralidade negra. Para isso, a pesquisa dialoga com obras de autores como Eduardo de Assis Duarte (2010), Abdias Nascimento (2016), Petrônio Domingues (2007), Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1984), Carla Akotirene (2019), Conceição Evaristo (2005) e Djamila Ribeiro (2021)

**Palavras-chave:** Identidade afro-brasileira, ancestralidade, mulher negra, feminismo.

## ABSTRACT

Djamila Ribeiro's 2021 work, "Cartas para minha avó" (Letters to My Grandmother), by the renowned contemporary Afro-Brazilian activist, philosopher, and writer, offers a profound dive into her memories. Through posthumous letters to her grandmother Antônia, the author reconstructs her journey from childhood to adulthood, weaving a powerful dialogue between past and present. This study aims to investigate, in Ribeiro's accounts, the role of ancestry in the narrative as a fundamental contribution to the author's process of self-discovery as a Black woman and to her resistance against the structural racism embedded in our society. In the daily lives of her mother, Erani, and grandmother, Antônia, aspects like racism and gender violence were always present, but their resistance in the face of oppression was essential for a re-existence. This is a bibliographical study based on the analysis of various online sources, including books, scientific articles, magazine publications, and media interviews. The objective is to provide a brief overview of the arrival of African peoples in Brazil and the subsequent construction of Afro-descendant identity, with a focus on debates about Black ancestry. To achieve this, the research dialogues with works by authors such as Eduardo de Assis Duarte (2010), Abdias Nascimento (2016), Petrônio Domingues (2007), Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1984), Carla Akotirene (2019), Conceição Evaristo (2005), and Djamila Ribeiro (2021).

**Keywords:** Afro-Brazilian identity, ancestry, Black woman, feminism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2. AFRO-BRASILIDADE NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Racismo estrutural: as raízes das desigualdades no Brasil.....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 A construção da identidade negra a partir da ancestralidade.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Djamila Ribeiro: uma intelectual negra contemporânea.....</b>	<b>27</b>
<b>3. A FORÇA ANCESTRAL EM "CARTAS PARA MINHA AVÓ".....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 Intersecções de racismo e violência de gênero na obra.....</b>	<b>32</b>
<b>3.2 Reconstruindo narrativas: a força da ancestralidade das mulheres negras.....</b>	<b>43</b>
<b>3.3 Resistir para (re)existir, lutar para permanecer.....</b>	<b>47</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo apresentar uma breve contextualização sobre como as desigualdade que a população negra enfrenta hoje é uma herança direta da escravidão. O livro "Cartas para Minha Avó" (2021) de Djamila Ribeiro, aborda as violências que mulheres negras sofrem, utilizando a ancestralidade como uma força de resistência e resiliência. A partir do mesmo, pretende -se também refletir sobre as diversas formas de opressões cruzadas que essa parcela da população vivencia, tendo a ancestralidade como ponto de sustentação.

A produção, além de contar suas memórias da infância até a fase adulta por meio de cartas póstumas para sua avó Antônia, gera no público uma identificação, pois aborda questões como racismo e machismo, que sempre estiveram e ainda estão presentes em nossa sociedade. Através da contação da realidade vivida por três gerações de mulheres negras – suas dores, batalhas e alegrias –, podemos observar as mudanças e conquistas que essas lutas diárias lhes proporcionaram.

A análise se focaliza em mapear trechos dessa produção que contêm episódios de racismo e machismo no dia a dia de Ribeiro, refletindo as dificuldades impostas à sua mãe, Erani, e à avó, Antônia. Essas mulheres, segundo a autora, foram essenciais para sua percepção em se descobrir enquanto mulher negra e para resistir a esse racismo que está alojado na estrutura da sociedade.

Este trabalho nasceu do pensamento em minha avó e minha mãe, que dedicaram a maior parte de suas vidas ao trabalho como empregadas domésticas. Também foi inspirado em meu pai, que se dedicou e ainda se dedica ao trabalho na roça. São pessoas que, embora não tenham tido a oportunidade de acessar a educação formal, carregam uma rica leitura de mundo. Apesar das adversidades e da falta de instrução escolar, eles construíram pontes para meu acesso e permanência na escola e posteriormente na universidade, pois acreditam fielmente no poder transformador da educação.

O projeto Liberta Preta, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Nery dos Santos no campus XXIII - Seabra da Universidade do Estado da Bahia, foi um grande impulsionador para o desenvolvimento desta análise. Essa iniciativa promove leituras e discussões sobre as obras de mulheres negras, abordando temas como violência, afeto, solidão da mulher negra e corpo.

O objetivo é fomentar não apenas o diálogo sobre as autoras, mas também a troca de vivências entre as participantes.

Enquanto mulher negra, pertencente a uma comunidade quilombola, este trabalho exploratório da obra de Ribeiro representou um senso de pertencimento e resgate. A leitura de "Cartas para Minha Avó" representou mais que um simples mergulho literário, foi também um alerta. A discriminação contra a população negra em geral e mulheres negras em particular, especialmente nos âmbitos educacional, político e econômico, tem diminuído em ritmo lento. Contudo, é fundamental estar aqui e reexistir.

Portanto, o presente estudo classifica-se como uma pesquisa bibliográfica, que se baseia na análise de livros, artigos científicos, publicações de revistas online e entrevistas da mídia. Esses materiais colaboram na apresentação do panorama da vinda dos povos africanos para o Brasil, além da construção identitária afrodescendente, tendo em vista diálogos acerca da ancestralidade negra. Evidenciam-se, então, os debates de Eduardo de Assis Duarte (2010), Abdias Nascimento (2016), Petrônio Domingues (2007), Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1984), Carla Akotirene (2019), Conceição Evaristo (2005), Djamila Ribeiro (2021), entre outros.

Entendendo a relevância do tema, esta investigação propõe-se a analisar como as desigualdades sofridas pela população afrodescendente são resultado de acontecimentos passados. Além disso, busca compreender como o racismo se manifesta na vida das mulheres negras e como a ancestralidade serve de base para a reexistência. Pesquisas como esta são de grande importância, pois proporcionam uma maior criticidade à discussão da temática – sendo um tema recorrente e imprescindível de ser mencionado, escrito e discutido ao longo do tempo.

Para o desenvolvimento dos temas, este trabalho estrutura-se em dois principais tópicos, além da Introdução e das Considerações Finais. O primeiro tópico, "Afro-brasilidade no contexto social brasileiro", propõe-se a apresentar uma breve contextualização acerca das problemáticas advindas do período escravocrata no país, assim como faz apontamentos sobre o racismo estrutural e suas sequelas ancestrais e vigentes, bem como expõe de que forma foi construída a identidade dessa população a partir da ancestralidade negra, também apresenta uma sucinta introdução à biografia de Djamila Ribeiro e a obra referência deste estudo.

O segundo tópico, "A força ancestral em Cartas para minha avó", discute a interseccionalidade e analisa as violências de raça e gênero na obra base dessa pesquisa,

assim como reflete a importância das narrativas de mulheres negras e os mecanismos de luta e permanência desse grupo em questão.

## 2. AFRO-BRASILIDADE NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO

As marcas do período escravocrata no Brasil ecoam até hoje em nossa sociedade. Homens e mulheres trazidos da África e seus descendentes, desde antes de 1888, ano da assinatura da Lei Áurea, que pôs fim ao regime escravista no país, vêm com passos vagarosos, lutando pelo básico para sobreviverem com dignidade. É importante ressaltar que precedente a ela já haviam milhares de libertos e que sua implantação se configurou como um ato político visando atender questões políticas externas. Ainda assim, os lugares de subalternização nos quais essa população é colocada são entendidos como práticas que garantirão lugar de vantagem à branquitude. Esta última, como indica Ana Amelia de Paula Laborne (2014, p.40), “[...] seria um lugar, um status ocupado pelas pessoas brancas e herdado de relações sociais e fundamentalmente raciais do passado”.

Maria Aparecida da Silva Bento, em seu livro “Pacto da branquitude” (2022), de maneira incisiva, critica esse sistema de privilégios que, segundo ela, seria:

[...] um estado passivo, uma estrutura de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não. Ou seja, a herança está presente na vida de todos os brancos, sejam eles pobres ou antirracistas. Há um lugar simbólico e concreto de privilégio construído socialmente para o grupo branco (Bento, 2022, p.37-38).

A autora em questão também discute o papel da memória no meio social e a caracteriza como um local de construção simbólica, ou seja, um território vivente onde as percepções e os valores, originados de experiências passadas, reverberam uma influência sólida que, conseqüentemente, vigora em dada sociedade.

À luz dos estudos de Suzana Moura Maia (2017), podemos entender a meritocracia, que se desenvolve no âmbito do modelo individualista ocidental, como uma perspectiva em que a posição ocupada por determinado indivíduo na hierarquia social se dá por “seu próprio mérito, ou vontade e capacidade individuais” (p.97). A referida autora afirma que:

Tal perspectiva negligencia a relação dos indivíduos com seu grupo social, e torna apenas coincidente o sucesso individual e o fato de o vencedor pertencer a camadas privilegiadas da população, com acesso a bens materiais e simbólicos que são negados à maioria da população<sup>1</sup>. (Maia, 2017, p. 97)

Dessa forma, muito se fala em méritos, mas se ignora o fato de que na herança deixada à população afrodiáspórica não se incluíram saúde, educação e os mais diversos recursos para uma existência que lhes permita partir de um ponto de igualdade.

---

<sup>1</sup> Ibidem.

Afrodiaspórico refere-se aqui ao que é relativo ou pertencente à diáspora africana, ou seja, à dispersão forçada de africanos e seus descendentes por diversas partes do mundo, principalmente em decorrência do tráfico transatlântico de escravizados. O termo abrange a cultura, as experiências e as identidades formadas a partir dessa movimentação e da interação com novas realidades.

Este capítulo se propõe a apresentar uma breve contextualização acerca das problemáticas advindas do período escravocrata no país, que, como afirma Abdias do Nascimento (2016), teve o africano escravizado como construtor das “fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia” (p. 46). Contudo, não recebeu nada em troca além das margens, da exclusão e violência perpétua. Além disso, pretende-se trazer aqui apontamentos acerca do racismo estrutural e suas sequelas ancestrais e vigentes, assim como, expor de que forma foi construída a identidade dessa população a partir da ancestralidade negra. Por fim, também é apresentada uma biografia da autora do livro base dessa pesquisa: Djamila Ribeiro.

## **2.1 Racismo estrutural: as raízes das desigualdades no Brasil**

Discutir escravidão e racismo estrutural não é tarefa simples, já que esses dois aspectos alcançaram um sistema global e deixaram sequelas visíveis nas sociedades contemporâneas. Na nação brasileira isso implica refletir sobre o legado histórico da escravidão, que se inicia no continente africano e se estabelece no solo brasileiro. O sistema exploratório de mão de obra, assim como a hierarquização racial, foram fundadores dessa sociedade, e em suas raízes germinaram os elementos que, dali em diante, foram centrais na formação e manutenção de um legado de constantes violências, do qual a população africana e afrodescendente tem sido refém até os dias de hoje.

Cabe aqui fazer uma menção aos povos originários que já viviam no Brasil, os indígenas, que também tiveram sua força de trabalho explorada nas lavouras de cana-de-açúcar e em outras atividades econômicas no início da colonização. As doenças trazidas pelos europeus, assim como a resistência à escravidão, fizeram com que muitas populações indígenas fossem dizimadas, o que intensificou a transição para a escravidão africana.

Com o início do traslado forçado de povos africanos para a então Terra de Vera Cruz, o futuro do país se modificou profundamente, e isso teve um preço altíssimo, pago com a

vida e a humanidade da população cativa. O período colonial brasileiro (1500-1822) foi marcado pela exploração compulsória desses povos nas lavouras de cana-de-açúcar e algodão, na mineração de ouro e diamantes, e nos serviços domésticos e urbanos.

Após a independência do Brasil, em 1822, o período imperial (1822-1889) ainda manteve a mão de obra escrava como base da economia. Ocorrendo nesse regime a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888. Posteriormente, no período republicano (1889-vigente), embora não se perpetuasse mais o tráfico negreiro e a escravidão, essa marca na história estava longe de ser superada.

Entre esses espaços de tempo, o cativo, mais tarde liberto, “passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade” (Moura, 1983, p.1). A opressão e os mais perversos tipos de violências contra homens e mulheres negros e negras foram se atualizando com o passar dos anos. No entanto, para uma projeção assertiva do presente e do futuro, é preciso revisitar esse passado sombrio e, também, trazer à tona as diversas formas de reumanização que “só eram encontradas e conseguidas na e pela rebeldia, na sua negação consequente como escravo<sup>2</sup>”.

É preciso entender o dia 13 de maio de 1888, famosa data da abolição da escravatura, não como um compromisso firmado com aqueles que, a partir daquele momento, deixariam de ser escravos, mas como fruto de um processo de lutas, resistências e pressão vinda de vários segmentos da sociedade, principalmente pelo fato de o Brasil ter sido o último país das Américas a abolir o escravismo.

Antes disso, leis como a do Ventre Livre (1871), que sancionava em seu Art. 1º a condição de “livre” aos filhos de mulheres escravizadas que nascessem a partir da data de vigência daquela lei, bem como a Lei dos Sexagenários (1885), que garantia a liberdade aos escravizados com 60 anos ou mais, já sinalizavam uma saída gradual da escravidão.

É crucial destacar que essas regulamentações acabavam sendo aplicadas incorretamente, visto que, as crianças, por não poderem distanciar-se de suas mães acabavam por permanecer em situações análogas a escravidão, enquanto os esforços feitos ao longo da vida cativa, até a idade de 60 anos, dificilmente os deixaria em condições de viver a tão sonhada liberdade.

---

<sup>2</sup> Ibidem.

Também é importante mencionar que tal “libertação” configurou-se como um acontecimento no qual não houve um planejamento de integração dos “libertos” no meio social. Logo, na perspectiva de direitos e de garantias, nada foi pensado para esse extenso grupo. A falta de moradia, trabalho e tantos outros bens essenciais à existência condenou-os à mesma vida de subordinação de antes.

É necessário pensar nesses impasses de maneira a observar a parcialidade e o silêncio de um Estado-nação perfeitamente capaz de solucionar tais adversidades que acometeram esse grupo, mas que decidiu seguir na direção contrária, perpetuando o ódio e garantindo a exclusão. Sueli Carneiro (2005), em sua tese de doutorado acerca da construção do outro como não ser como fundamento do ser, atesta essa autonomia estatal que legitima ou invalida. É posto por ela que: “Se, [...] racismo e preconceito seriam frutos da ignorância, não faltariam saberes suficientemente disseminados para desautorizar as práticas discriminatórias de natureza racial” (p. 9).

Em vista disso, podemos reconhecer os “pactos narcísicos” que Bento (2014, p. 20) caracteriza enquanto contratos inconscientes “por meio dos quais os sujeitos se ligam uns aos outros e ao conjunto grupal, por motivos e interesses superdeterminados” (p. 20), com ganhos tangíveis e intangíveis gerados pelo medo e silenciamento de grupos historicamente marginalizados. “Esse acordo inconsciente ordena que não se dará atenção a um certo número de coisas: elas devem ser recalcadas, rejeitadas, abolidas, depositadas ou apagadas<sup>3</sup>”.

Sendo assim, faz-se necessário o diálogo com autores que se empenham a investigar o racismo estrutural e suas consequências para o povo negro no Brasil, e também a formação da identidade dessa população, a partir não só de um passado de dor, mas também de lutas.

O conceito de raça não é algo novo na sociedade vigente; muitos intelectuais ao longo da história se debruçaram a partir de perspectivas biológicas, antropológicas e sociológicas, para definir o termo em questão. Analisado sob diferentes prismas, o fato é que tanto a biologia quanto a antropologia reconhecem a raça como uma construção social, utilizada para justificar hierarquias no meio social, favorecendo certos grupos em detrimento de outros.

Franz Boas (2005), em seus estudos científicos realizados no contexto de tensões raciais nos Estados Unidos, ao analisar o significado de raça, faz uma importante constatação em uma época em que a superioridade racial mantinha uma forte influência. Ele ressalta que, fundamentalmente, há uma distinção entre indivíduos de raça branca e negra, porém isso

---

<sup>3</sup> Ibidem.

somente é válido ao se tratar de estereótipos, como cor da pele, textura dos cabelos, formato do nariz etc. Entretanto, também há distinção entre grupos racialmente brancos em diferentes partes do globo, pois, segundo o autor:

Estamos aptos a construir **tipos ideais locais** baseados em nossa experiência cotidiana, abstraídos a partir de uma combinação de formas mais freqüentemente vistas numa dada localidade, e nos esquecemos de que há inúmeros indivíduos para os quais essa descrição não é verdadeira. (p. 69, Grifo nosso)

Corroborando essa ideia, Kabengele Munanga (2004) ressalta que para classificar qualquer coisa é preciso de critérios bem estabelecidos baseados no que é diferente e no que é parecido. Cronologicamente, no século XVIII, usou-se a cor da pele como critério fundamental para a divisão das chamadas raças, porém a cor da pele é determinada pela melanina, presente em todas as pessoas, tornando a tonalidade da pele um critério artificial.

No século XIX, a classificação foi refinada, adicionando-se à cor critérios morfológicos como o formato do nariz, lábios, queixo, crânio e o ângulo facial. O próprio Franz Boas em 1912 descartou tal critério ao observar que os filhos de imigrantes não brancos, que tinham crânios naturalmente mais curtos e largos (braquicéfalos), começaram a ter crânios mais alongados. Isso o levou à conclusão de que o formato do crânio é mais influenciado pelo ambiente do que por características raciais.

No século XX, com o avanço da genética humana, os marcadores genéticos, grupos sanguíneos, doenças hereditárias e variações na hemoglobina, frequentes em certas populações, juntamente com critérios tradicionais, como a cor da pele e características morfológicas, levou à criação de dezenas de categorias, como “raças, sub-raças e sub-sub-raças”. (Munanga, 2004, p.4)

No entanto, as pesquisas genéticas comparativas trouxeram uma conclusão surpreendente: o patrimônio genético de dois indivíduos da mesma "raça" pode ser mais diferente do que o de indivíduos de "raças" distintas. Além disso, um marcador genético considerado típico de uma "raça" pode, embora menos comum, ser encontrado em outras<sup>4</sup>. Essas descobertas questionaram a ideia de divisões raciais estanques e mostraram a vasta diversidade genética presente em toda a humanidade, dificultando a classificação racial.

Desse ponto em diante, é possível perceber a questão da raça como um conceito ideologizado a partir de tipos ideais que, mesmo dentro de suas semelhanças, ainda assim apresentam uma vasta variação genética. Aqui, entendemos ideologia na perspectiva de

---

<sup>4</sup> Ibidem.

Marilena Chauí (2004), que a define como “Uma das formas da práxis social: aquela que, partindo da experiência imediata dos dados da vida social, constrói abstratamente um sistema de ideias ou representações sobre a realidade” (p.41).

No contexto brasileiro, é evidente que tal construção racializada, juntamente com a ideologia e a prática do racismo, atingiu e atinge a população negra, pois evoca o processo de colonialismo, escravidão e dominação, no qual a aparência ou marca, como afirma Nascimento (2016), é o fator principal para a distinção e consequente discriminação do ser negro. A respeito disso, o autor supracitado acrescenta que:

[...] no Brasil a marca é determinada pelo fator étnico e/ou racial. Um brasileiro é designado preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo o mundo compreende imediatamente sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um homem-de-cor, isto é, aquele assim chamado descende de africanos escravizados. Trata-se, portanto, de um negro, não importa a gradação da cor da sua pele. (p.39)

Os estudos de Silvio Almeida (2019) também concordam com esse ponto de vista. Segundo ele, o racismo estrutural se constitui de ações conscientes, nas quais as relações, em seu padrão de normalidade, são vistas como uma forma de racionalidade. O autor observa que “Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (p.18).

Com base nas relações entre “raça” e “racismo” Munanga (2004) caracteriza o racismo teoricamente como:

[...] uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. (p.7-8)

No passado, obras, como “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal Brasileira” (1894) de Nina Rodrigues, tomavam tais visões distorcidas por base e contribuíram com a visão presente até hoje da criminalidade inata às chamados “raças inferiores” (negros e indígenas), onde a incapacidade das mesmas moldou o caráter da população mestiça, “[...] transformando ou combinando em sínteses variáveis os predicados transmitidos pela herança. A escala vai aqui do produto inteiramente inaproveitável e degenerado ao produto válido e capaz de superior manifestação da atividade mental” (p. 58).

Na discussão sobre raça, também entra a questão do colorismo, debate muito presente no país. Importante ressaltar que, em suas pesquisas, o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE) utiliza a autodeclaração como principal critério para a classificação de cor ou raça da população brasileira. Sendo assim, o órgão considera que o grupo negro é composto pela soma das categorias preta e parda.

Essa ainda é uma questão complexa, Alessandra Devulsk em sua obra “Colorismo” (2021) traz de maneira profunda a origem do vocábulo e seu reflexo na sociedade. Para ela, “[...] o colorismo surge como um quadro identitário racial e político que plasma os sujeitos em um arquétipo predefinido” (p. 9). Ou seja, que atua como uma estrutura que molda a forma como as pessoas se veem e são vistas pela sociedade, definindo-as em categorias rígidas baseadas na tonalidade da pele. Onde pessoas com a pele mais clara podem ter vantagens (sociais e econômicas etc) em comparação com pessoas de pele mais escura, mesmo que ambas pertençam à mesma etnia ou raça.

Não se trata, portanto, apenas de uma questão de percepção individual, mas sim de uma estrutura social e política, visto que a miscigenação violenta foi uma realidade da colonização e da escravidão no Brasil. Sendo que, historicamente, a proximidade com a branquitude sempre esteve associada a privilégios e melhores oportunidades.

O colorismo, por sua vez, dentro da própria comunidade negra, gera constantemente tensões e divisões internas. Dentro dessa estrutura de poder, é fundamental buscar a união, o reconhecimento e a valorização da diversidade no grupo, pois, como afirma Devulsky (2021):

O colorismo é uma ideologia, assim como o racismo. Enquanto processo social complexo ligado à formação de uma hierarquia racial baseada primordialmente na ideia de superioridade branca, sua razão de fundo atende aos processos econômicos que se desenvolvem no curso da história. De um polo a outro, seja ao preterir os traços fenotípicos e a cultura associada à africanidade, ou ao privilegiar a ordem imagética da europeidade, sua constituição está ligada ao colonialismo e, indelévelmente, ao capitalismo (Devulsky 2021,p.14).

A noção de mestiçagem que está diretamente relacionada ao colorismo também é problematizada por Muniz Sodré em seu livro “Claros e Escuros: Identidade, povo e mídia no Brasil” (1999). O termo mestiço que tem sua origem no latim, *mixticius* derivado de *mixtus*, isto é, mesclado ou misturado, quando aplicado a seres humanos, só tem lógica em uma enunciação racialista, pois “toda espécie humana, que é fundamentalmente nômade e aberta ao conhecimento, resulta de misturas. [...] Miscigenar-se é fenômeno de praxe na gênese dos povos” (Sodré, 1999, p.196).

Sodré lança um questionamento interessante: por que se fala em mestiço como se fosse uma espécie diferente? E esclarece que isso se dá certamente:

[...] para fins de uma hierarquização “racial” entre um paradigma hegemônico e as variações fenotípicas da humanidade. para tal paradigma, há apenas os brancos e os outros. Os primeiros são semiotizados por uma vaga noção de “pureza” e não como raça (a não ser nos discursos extremistas): raça é sempre o outro.

Por isso, não se aplica a designação “mestiço” a filhos de, por exemplo, franceses com italianas, mas seguramente a filhos de africanos com francesas. Essa palavra nomeia em geral um indivíduo ‘de segunda classe’ e pode ser conotada diferentemente, segundo a diversidade das estratégias identitárias<sup>5</sup>.

Portanto, é perceptível como a identidade da branquitude é associada à normalidade, reforçando a visão de que são o ponto de referência universal, o que é “natural” e “padrão”. Assim sendo, os processos políticos e históricos da nação brasileira tiveram/têm o Estado como principal construtor de desigualdades direcionadas, onde tais práticas de diferenciação são legalizadas e, na maioria das vezes, encobertas por ele. E, mais tarde, com o fim da escravidão, o embranquecimento cultural foi visto como a alternativa mais "assertiva" para desvincular a imagem da nação desse passado escravocrata.

A suposta democracia racial, termo este popularizado pelo sociólogo Gilberto Freyre principalmente em sua obra “Casa-Grande & Senzala”, publicada pela primeira vez em 1933, que ao comparar o processo de colonização e hierarquização racial no Brasil com os de outros países, a exemplo os Estados Unidos, o considera mais brando. Assim como vê a mestiçagem entre as três raças, branco europeu, povos indígenas e negros africanos como uma fator crucial e positivo na formação da identidade e da cultura brasileira. O autor supracitado em seu texto “Aspectos da influência africana no Brasil” (1976) afirma que:

As infiltrações africanas na religião como na culinária, na música, na escultura, na pintura de origem europeia, representam não uma degradação desses valores mas um seu enriquecimento. Uma sua harmonização com a ambiência, a natureza, e a ecologia tropicais, de que aquele brasileiro de origem africana, ou de cultura tão africana quanto europeia, estaria mais próximo do que o preso a heranças exclusivamente europeias tanto de sangue como de cultura. (p. 6)

Abdias do Nascimento (2016) fez duras críticas a Freyre, afirmando que subjacente a tamanha generosidade dada aos valores africanos, “[...] as implicações do conceito de infiltração emergem, também abundantemente, óbvias: elas denunciam a natureza subterrânea e a condição marginal, fora da lei, do que infiltra” (p.106). Ou seja, no exato momento em que estudiosos tentam provar a plena aceitação social e a ausência de vergonha ou estigma em relação às raízes africanas no Brasil, eles, consciente ou inconscientemente, demonstram que a civilização brasileira jamais aceitaria a contribuição africana se ela não fosse sutil e disfarçada, agindo na clandestinidade.

---

<sup>5</sup> Ibidem.

O fato é que não podemos olhar o processo de colonização como sutil, pois o início da miscigenação se deu por conta do estupro de mulheres negras. Antes do enriquecimento trazido pela influência africana, a tentativa de apagamento de saberes, valores e cultura foi constante. A suposta situação amena dos grupos historicamente marginalizados (se comparada com a de outros países) não invalida o sofrimento e as injustiças que eles sofreram e ainda sofrem ao longo da história. É isso que não pode ser esquecido.

Essas foram apenas algumas das estratégias que, após a abolição da escravatura, foram utilizadas com o objetivo de fazer com que a população branca fosse maioria no país. Essa mentalidade tomava por base teorias racistas da época, influenciando a imigração europeia e tendo o homem branco como símbolo de civilização e progresso.

Daqui em diante, nos atentarmos aos reflexos desfavoráveis de normas estabelecidas ainda no período escravocrata que segregaram os africanos e afrodescendentes da época. Nesse contexto, tornava-se cada vez mais difícil para esse grupo o sonho de um dia poder usufruir de todos os direitos que um Estado-nação tem a oferecer aos seus cidadãos. Do mesmo modo, tal exclusão histórica ainda pode ser sentida nos dias de hoje.

Em 1824, foi formulada a primeira Constituição do Brasil. Nela, estavam estabelecidas as bases políticas e sociais do novo regime, bem como direitos e deveres determinados para “todos”. A partir daí, percebe-se um encadeamento de regulamentos que visam à perpetuação de um passado tenebroso para os povos em condição de livres ou escravizados, fruto de uma estruturação detalhadamente gerida.

Partindo da educação, em 1837, ainda no contexto do Brasil Imperial, alguns decretos e leis são importantes de serem mencionados aqui. A primeira delas, na então província do Rio de Janeiro. Segundo a Lei nº 1, que abordava a instrução primária pública, estabelecia que eram “[...] proibidos de frequentar as escolas públicas: Primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”.

Tal determinação é um reflexo visível da articulação da classe dominante da época contra os povos africanos e seus descendentes, pois em seu conteúdo declarava a quem se destinavam os espaços educacionais. O seu texto é de fácil entendimento, não restando dúvidas sobre a limitação imposta à população negra em geral. Conforme a lei, evidencia-se como o fato de o negro ser liberto não tinha relevância para que ele acessasse a educação, que, segundo a primeira Constituição, era para todos. Isso mostra que tal regulamentação foi

uma extensão privativa de uma determinação já existente, onde outrora era para todos, mas que futuramente deixou de ser.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desde 2012 vem levantando informações sobre as características básicas de educação. Com o objetivo de retratar o panorama educacional da população do Brasil, a mesma constatou que “Na análise por cor ou raça, [...] em 2022, 3,4% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 7,4% entre pessoas de cor preta ou parda”. (p.2), ao mesmo tempo que:

Entre as Grandes Regiões brasileiras, verifica-se que a taxa de analfabetismo reflete as desigualdades regionais, na medida em que as Regiões Nordeste e Norte apresentaram as taxas de analfabetismo mais elevadas – 11,7% e 6,4%, respectivamente, em 2022 entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade – enquanto o Centro-Sul do País, taxas bem mais baixas. (IBGE, 2023, p.2)

Nessa perspectiva, esses dados não podem ser considerados como resultantes do acaso nem ser entendidos apenas a partir da atualidade, mas sim como consequentes de um passado que, como já evidenciado anteriormente, fez com que o acesso a esse bem fosse privilégio exclusivo dos herdeiros da classe alta e branca.

Nesse mesmo sentido, a Lei nº 601, conhecida também como Lei de Terras de 1850, promulgada no ano da proibição do tráfico negreiro no Brasil (apesar de este ter se estendido até 1888), instituiu a propriedade privada no Brasil e buscou consolidar a estrutura fundiária baseada no latifúndio. Essa lei regulamentou que toda terra sem uso passasse a ser propriedade do Estado, e a distribuição destas, seria feita somente mediante compra, impedindo, assim, que pobres, escravizados e negros tivessem acesso à terra no país. A respeito disso, Menezes (2010) colabora, dizendo que:

[...] desde 1822, a terra se tornava propriedade de quem chegasse primeiro e a ocupasse. [...] a Lei de terras (1850) impedia que os negros se tornassem donos de terras, como vinha ocorrendo com os colonizadores. [...] Isso também colaborou para empurrar cada vez mais a população negra, no período pós abolição, para o que hoje conhecemos como favelas (p. 27).

Esse foi mais um duro golpe contra o povo negro, gerando mais desigualdades no meio social. Sob uma perspectiva semelhante, a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” (2014), de Carolina Maria de Jesus, mostra a sua triste realidade ao vivenciar a favela paulista.

Rodeada pela miséria e pelo lixo, a autora, ao longo de suas páginas, não esconde a sua frustração em estar na precariedade, sendo mãe solo de 3 filhos e tendo que catar papelão diariamente para mesmo assim não conseguir o básico. A escritora em foco compara a favela em que vive com um quarto de despejo:

Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo, ou queima-se ou joga-se no lixo. Quando estou na cidade, tenho a impressão que estou na sala de visita, com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludo (sic), almofadas de sitim (sic). Quando estou na favela, tenho a impressão que sou objeto fora de uso, digno de estar em um quarto de despejo (p. 31-32).

A partir disso, podemos ter uma leve amostra de como essas referências habitacionais situadas nas denominadas favelas e hoje comumente chamadas de comunidades nem sequer se equiparam a uma moradia digna.

Essa realidade tampouco é uma criação da modernidade, sendo, em vez disso, o resultado de um contexto em que cidadãos pobres, negros, recém-libertos, sem instrução escolar e sem terras, provenientes de um passado no qual somente sua força de trabalho foi valorizada, viram-se com poucas alternativas e optaram pela sobrevivência.

Diante desse cenário, “[...] o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive” (Nascimento, 2016, p. 83). Contudo, a tão sonhada liberdade nunca deixou de ser almejada, acompanhada de ação e persistência na trajetória dos africanos, africanas e afrodescendentes, que não se renderam a essas e a tantas outras condições limitantes e desfavoráveis.

Resistir foi preciso. Os vestígios das revoltas, fugas individuais e coletivas, e o aquilombamento refletiram, ao longo da história desde o período colonial, uma nova perspectiva de existência. Essa mesma perspectiva pôde ser construída a partir da união daqueles que vieram na condição de escravizados, por mais que os melhores frutos de tal resistência fossem colhidos apenas pelas gerações seguintes. A partir disso, mesmo com a segregação racial na condição de livres, negros e negras puderam, a partir de seus esforços e de movimentos de fortalecimento de seus direitos, estudar e fortalecer sua militância.

## **2.2 A construção da identidade negra a partir da ancestralidade**

“Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (Souza, 2021, p. 45), mas por muito tempo, a história das pessoas que formaram a base do Brasil foi contada a partir de uma única versão. Tal frase nos relembra hoje a importância de

negros e negras reafirmarem suas identidades e existências. Porém, houve um tempo em que tudo o que se dizia/sabia sobre esse grupo era que a cor de sua pele os limitava a uma suposta falta de humanidade e, por isso, foram escravizados.

O africano presente em solo brasileiro trouxe consigo muito mais que sua força de trabalho. Ele miscigenou nossa cultura com a pluralidade de sua língua, culinária, música, dança, religião etc. No entanto, o esvaziamento de suas culturas, assim como a separação de seus iguais, é algo que deixou marcas profundas na população afro-diaspórica, a ponto de muitos não se reconhecerem e buscarem um ideal de branquitude que jamais poderia ser alcançado. Para Frantz Fanon (2008, p.28) a desalienação do sentimento de inferioridade do negro, envolve a tomada de consciência das realidades econômica e social, pois o complexo de inferioridade se instaura em tais indivíduos, essencialmente por esses dois campos.

Sendo assim, a situação de servidão imposta aos africanos e afrodescendentes, que permaneceu viva mesmo nos anos seguintes à abolição, os condicionou a esse não lugar, caracterizado pelo anonimato impessoal, sem nenhum vestígio de identidade ou valorização – uma maneira prática de silenciamento e conseqüente apagamento da história e cultura da população de um país. Convém ressaltar que esse tipo exclusão é fundamentalmente simbólico, ou seja, “[...] o “não-lugar” não corresponde apenas a um espaço físico, trata-se, também, de uma exclusão que opera no nível da subjetividade dos sujeitos”. (Bonilha, Soligo, 2015, p. 32).

Podemos pensar nesses aspectos como parte da identidade de um povo, levando em consideração que ela também é constituída socialmente na interação com o outro. Assim, Munanga (1999) resalta que “Essa identidade, que é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo [...]” (p. 14).

Esse processo de construção entre os cativos se deu com práticas que visavam o fortalecimento dos laços, da espiritualidade e da memória, dentre as quais podemos citar os cultos reverenciando as tradições africanas, a capoeira – ora luta, ora dança –, o exercício da contação de histórias no coletivo etc. Almeida (2009, p. 112) observa que “a narrativa oral é uma forma de resistência e perpetuação das tradições ancestrais, onde a voz dos mais velhos se torna o fio condutor da história e da sabedoria comunitária”. Tudo isso variava a depender do contexto dos escravizados, mas contribuiu significativamente na busca por uma autoafirmação individual e coletiva.

A perseguição foi sentida, mas não pacificamente. Os cativos, através de revoltas, demonstraram seu levante contra os senhores e o sistema escravista vigente. A título de exemplo, podemos citar a Revolta dos Malês, na Bahia, em 1835. João José Reis (2003), em seu importante livro “Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês” (1835), traz em seu conteúdo aspectos essenciais sobre a revolta, enfatizando que nela existiam diferentes motivações e perspectivas entre seus participantes muçulmanos, que foram maioria nesse ato; porém, é evidente o fato de que a revolta foi detalhadamente administrada e abalou a estrutura dominante da época.

Avançando nessa discussão, a quilombagem representa mais que a prática de uma resistência coletiva em espaços físicos denominados quilombos, pois reflete uma transição dos cativos para uma sociedade alternativa. A fuga simbolizava o protesto inicial contra o sistema opressor vigente, Clóvis Moura (2001) a define como um dos dois estágios para “a passagem, no nível de consciência, do **negro fugido** para o **quilombola**”. (Grifos do autor). A já mencionada fuga e posteriormente a comunicação desse sentimento tornaram esse repúdio individual em uma luta com um sentido social mais abrangente. A respeito dos quilombos, o autor supracitado também afirma que “A mais importante função social do quilombo era portanto esta: uma ruptura radical, em todos os níveis, com o sistema colonial-escravista, os seus representantes, a sua economia e os seus valores raciais e ideológicos (Moura, 2001)”.

Em demonstração disso, é possível citar o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, que perdurou por quase 100 anos. Ele é considerado o mais significativo dos quilombos na história de luta pelo fim do sistema escravista, onde sua organização se diferencia completamente desse sistema, sendo, “[...] a negação, pelo exemplo de seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura escravista-colonialista”. (Moura, 2021, p. 70)

Mais tarde, o movimento negro brasileiro, organizado desde o começo do período republicano, vai se desenvolvendo ao longo do tempo, com suas importantes fases. O historiador Petrônio Domingues (2007) caracteriza tal movimento “[...] pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira”. (p. 122). Portanto, essa ação coletiva, na produção de Domingues (2007), é analisada a partir de diferentes fases históricas. A primeira fase (1889-1937) tem início no florescer da república e

se estende até o Estado Novo. Após isso, a segunda fase (1945-1964) se instaura a partir da Segunda República à ditadura militar. Em seguida, a terceira fase do movimento (1978-2000) se estabelece em meio ao início do processo de redemocratização da República Nova.

Dos agrupamentos realizados naquele momento, podemos citar a União dos Homens de Cor (UHC), instituída por João Cabral Alves em Porto Alegre, no ano de 1943. Ademais, o Teatro Experimental do Negro, fundado no Rio de Janeiro em 1944 por iniciativa de Abdias do Nascimento. Esses não foram “os únicos grupos que empreendiam a luta antirracista, mas foram aqueles cujas ações adquiriram mais visibilidade” (Domingues, p.110). Ambos cumpriam um papel educador no meio social ao proporcionar subsídios econômicos e intelectuais a pessoas negras, para que estas aderissem a todos os setores da vida social, bem como promovessem a autoestima através da arte e da cultura.

Essa pressão gerada por essas formas de protesto foi decisiva na integração desse povo nos espaços comuns a todo cidadão, bem como nas posições de decisão e poder. A representatividade começava então a fazer parte do contexto do povo negro brasileiro. Políticas afirmativas, ainda que por obrigação, colocaram o negro na política, economia e educação, pilares fundamentais de qualquer sociedade.

A religião também serviu de base para a resistência ao sistema escravista, a fé e a conexão com o divino, serviam como espaços de acolhimento e solidariedade que reforçavam os laços comunitários e a sensação de irmandade entre os escravizados.

Religiões como o Candomblé e a Umbanda permanecem vivas até hoje na sociedade brasileira. A primeira se desenvolve a partir das tradições religiosas trazidas pelos africanos escravizados, enquanto a segunda se configura como uma religião genuinamente brasileira, combinando elementos do espiritismo, catolicismo e ritos africanos. Sodré (1999) caracteriza a comunidade-terreiro, se referindo ao candomblé e as outras manifestações com base na matriz africana como o:

[...] repositório e núcleo interpretativo de um patrimônio simbólico explicitado em mitos, ritos, valores crenças, formas de poder, culinária, técnicas corporais, saberes, cânticos, ludismos, língua litúrgica (o iorubá) e outras práticas sempre suscetíveis de recriação histórica, capazes de implementar um laço atrativo de natureza intercultural (negros de etnias diferentes) e transcultural (negros com brancos) (p. 170-171).

Em suma, é possível conceber as várias manifestações como sistemas culturais ou religiosos que funcionam como um centro para símbolos e significados compartilhados. Esses símbolos são expressos através de várias práticas como mitos, rituais, comida e linguagem.

Esse sistema é dinâmico, evoluindo historicamente, e tem o poder de construir pontes entre diferentes grupos étnicos negros e até mesmo entre indivíduos negros e brancos.

É a partir desses e de tantos fatos ocorridos com a população negra que o conceito de ancestralidade se materializa e “nos interstícios do poder as práticas culturais negras resistem apesar da sua invisibilidade no discurso oficial” (Oliveira, p. 111). O sentido da mesma é abrangente, pois perpassa pelas mais variadas culturas e estabelece uma ligação entre o passado presente e futuro. São práticas, valores, conhecimentos e tradições passadas de geração a geração.

Em contraste com um passado não tão distante, o qual essas diferentes expressões sofreram com o preconceito e a intolerância religiosa, atualmente esse quadro vem mudando. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela preservação, promoção e fiscalização do Patrimônio Cultural Brasileiro, realizou o tombamento de terreiros espalhados pelo país, dentre os quais podemos citar, Casa Branca do Engenho Velho, Axé Opô Afonjá, Ilê Iyá Omim Axé Iyamassé (Gantois) e Ilê Maroiá Láji (Alaketo), todos em Salvador (BA).

Além disso, a Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial (EIR), garante à “[...] população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. Dentro dela, também estão presentes garantias legais de direitos à saúde, cultura, esporte, lazer, à liberdade de consciência e de crença, ao livre exercício dos cultos religiosos, acesso à terra e à moradia adequada, igualdade nas oportunidades profissionais e, principalmente, à educação.

A educação formal era um privilégio negado à cativos e libertos. O presente impõe à escola a responsabilidade inegável de promover o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Essa obrigatoriedade, mais do que uma exigência legal, representa um reconhecimento tardio da riqueza e da fundamental contribuição desses povos na formação da identidade nacional. É um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a memória e a herança afrodescendente sejam valorizadas e respeitadas, rompendo com séculos de silenciamento e exclusão. Portanto, a Lei nº 10.639/2003 é um importante passo rumo à diminuição da discriminação racial, bem como ao fortalecimento de identidades.

Dessa forma, o olhar dos africanos e afrodescendentes se voltou para seus iguais e suas necessidades coletivas. É perceptível, então, o fortalecimento das conexões e da memória da diáspora, o que proporcionou o desenvolvimento de uma consciência negra. Esses aspectos são cruciais na formação da identidade, apesar de a mesma não ser monolítica, pois, mesmo diante das semelhanças étnicas e situacionais dentro do grupo, há identidades plurais que levam em consideração questões de gênero, classe, sexualidade, religião e outras identidades alternativas.

### **2.3 Djamila Ribeiro: uma intelectual negra contemporânea**

Djamila Taís Ribeiro dos Santos, nascida em 1º de agosto de 1980, em Santos, litoral de São Paulo, é formada em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e mestre em Filosofia Política pela mesma instituição. Atualmente, ela é um dos nomes mais renomados quando se fala em feminismo negro e democratização do conhecimento, principalmente na tendência antirracista. Em grande parte de sua obra, Djamila se dedica a falar sobre a condição de homens e mulheres afrodescendentes na sociedade.

Filha de Joaquim José Ribeiro dos Santos e Irani Benedito dos Santos, a autora contribuiu significativamente para o acesso dessa população negra ao reconhecimento de si e ao letramento racial. Este último diz respeito à capacidade de compreensão, análise e interpretação de questões relacionadas à raça, etnia e diversidade cultural na sociedade.

A renomada filósofa coordena a coleção "Feminismos Plurais", uma coleção de livros com temas emergentes da sociedade, principalmente para a comunidade afrodescendente. Escritos por intelectuais negros e negras, o foco principal é fazer com que debates complexos cheguem de forma didática e acessível ao grande público. As temáticas em torno das obras incluem racismo, gênero e outras interseccionalidades, temas estes cruciais para a compreensão da sociedade brasileira.

Em entrevista concedida à Casa Vogue sobre momentos marcantes da vida, Ribeiro relata que, através da ONG Casa de Cultura da Mulher Negra, conheceu autoras negras como Toni Morrison e Carolina Maria de Jesus e pôde perceber que “o mundo também era elaborado por aquelas mulheres, por aquelas vozes”, o que influenciou muito nas escolhas acadêmicas da entrevistada.

Um segundo momento marcante para a ativista foi sua entrada na universidade aos 27 anos, já sendo mãe. Apesar de todo o tabu que é gerado em torno do peso da maternidade

quando se decidi estudar, Djamila Ribeiro pensou, antes de tudo, na mãe e na avó que não estudaram. Assim, ela se propôs, mesmo com as dificuldades, a quebrar esse ciclo.

A renomada autora tem sido amplamente reconhecida por sua significativa contribuição intelectual na luta por equidade de gênero e raça. Entre as diversas honrarias, destacam-se o Prêmio Jabuti (2020) por seu influente livro "Pequeno manual antirracista", e o Global Good Award no BET Awards (2021), que a tornou a primeira brasileira a receber tal distinção.

Sua trajetória de reconhecimento internacional inclui o Prêmio Prince Claus (2019) na Holanda e o Prêmio Franco-Alemão de Direitos Humanos e do Estado de Direito (2022) por seu incansável trabalho contra a discriminação. No Brasil, Djamila também foi eleita para a Academia Paulista de Letras (2022), ocupando a cadeira antes pertencente a Lygia Fagundes Telles.

Adicionalmente, ela recebeu diversos prêmios importantes como o Trip Transformadores (2017), Dandara dos Palmares (2017), Troféu Mulher Imprensa (2018) como melhor colunista, e Sim à Igualdade Racial (2020), além do Prêmio Raça Negra (2023), consolidando sua posição como uma das vozes mais proeminentes e premiadas na promoção da igualdade racial.

Em seu primeiro livro publicado, "Lugar de Fala" (2017), Ribeiro sintetiza tal conceito a partir de autoras que, ao longo dos anos, já estavam discutindo essa temática. Dentre elas, podemos citar Grada Kilomba, Patrícia Hill Collins, Linda Alcoff e Gayatri Spivak.

Ela aponta em sua produção que todos temos um lugar de fala; porém, o que vai variar é a posição social do sujeito que está falando. Isso ocorre porque todas as experiências são válidas, mas cada um enxerga o mundo baseado em sua realidade social, financeira e pessoal. A partir desse entendimento, é preciso garantir a escuta ativa dos grupos historicamente subalternizados.

O livro "Quem Tem Medo do Feminismo Negro?", publicado em 2018, é a segunda obra da autora. Nele, estão reunidos artigos de 2014 a 2017, originalmente publicados no blog da revista Carta Capital. A partir dessa pergunta provocativa, a autora convida seus leitores a refletir sobre os marcadores sociais que, ao mesmo tempo que causam proximidade,

também distanciam. Afinal, é impossível lutar contra determinada opressão sem reforçar outra. É nessa perspectiva que o feminismo negro propõe uma abordagem que pensa no todo.

Em 2019, o terceiro livro da autora, intitulado *Pequeno Manual Antirracista*, é publicado. A produção sugere exercícios informativos sobre racismo, negritude, privilégios e apoio às ações afirmativas nos mais diversos setores, convidando todas as pessoas, por meio do estudo, a contribuir com a causa antirracista.

Por último, mas não menos importante, a produção *Cartas para Minha Avó*, lançada em 2021, aborda temáticas pertinentes às pessoas negras, com foco maior na ancestralidade e nos desafios presentes principalmente na vida das mulheres negras. Para isso, Ribeiro evoca suas lembranças da infância e adolescência e de sua fase adulta no formato de cartas direcionadas à sua avó Antônia.

A memória de Ribeiro é essencial para a literatura afro-brasileira, pois descreve fatos presentes na trajetória de pessoas negras. Isso causa uma imediata identificação com seu público leitor, que, assim como ela, vê nas figuras femininas mais velhas a força e a resistência de sua descendência.

Como afirma Evaristo (2005, p. 52): “A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor.”. Apesar de o cenário estar gradativamente mudando para a população afrodescendente, é preciso reconhecer que mulheres negras, desde o período colonial até a contemporaneidade, vêm sofrendo opressões cruzadas, estando às margens da margem por sua cor e pelo seu gênero.

Para entender de onde viemos e para onde queremos ir, é necessário se fortalecer na ancestralidade. Em seu livro, Djamilia Ribeiro se conecta com a memória de Dona Antônia e Erani, principalmente para reafirmar e nunca se esquecer de que "a família representou para a mulher negra uma das maiores formas de resistência e de sobrevivência" (Evaristo, 2005, p. 54).

Embora o campo de estudo da literatura afro-brasileira tenha um reconhecimento recente, vozes negras já se destacavam desde o período colonial. Maria Firmina dos Reis, com sua obra *Úrsula* (1859), é considerada a autora do primeiro romance abolicionista brasileiro escrito por uma mulher negra. Luiz Gama, poeta abolicionista, é conhecido por sua poesia satírica e de denúncia. Machado de Assis, Cruz e Souza e Lima Barreto exploravam,

em suas produções, a realidade acerca de situações de sofrimento e preconceito, contribuindo, assim, para uma crítica social.

Na contemporaneidade, destacam-se autores como Carolina Maria de Jesus (1914-1977), Conceição Evaristo, Abdias do Nascimento, Ana Maria Gonçalves, Cristiane Sobral etc., com produções centradas em temáticas como racismo, identidade, ancestralidade e as várias experiências da população negra no país. A escrita utilizada por tais autores e autoras, ao longo da história, serviu como ferramenta de luta contra o sistema opressor, ao dar voz a narrativas frequentemente marginalizadas, formando esse corpo literário específico que é a literatura afro-brasileira.

Para Domício Proença Filho (2004), o negro brasileiro, fundador direto da nação, é parte da comunidade, é parte do país, não podendo ser tratado como "o outro", deixando de ser objeto de estudo e assumindo o lugar de sujeito que fala de si. Sendo assim:

[...] considera-se negra uma literatura feita por negros ou por descendentes assumidos de negros e, como tal, reveladora de visões de mundo, de ideologias e de modos de realização que, por força de condições atávicas, sociais e históricas condicionadoras, caracteriza-se por uma certa especificidade, ligada a um intuito claro de singularidade cultural (p. 185).

A literatura brasileira, cada vez mais, se configura como um campo específico de produção literária. Conforme Eduardo de Assis Duarte (2010), essa especificidade se destaca das demais literaturas por elementos pontuais: a autoria, escrita por autores negros; a temática afro-brasileira, que aborda a experiência do negro no Brasil em diferentes setores; o ponto de vista, onde a narrativa se dá a partir da subjetividade e da visão de mundo do sujeito negro; a linguagem, que reflete a oralidade e a cultura africana; e o público-alvo, que busca sempre o leitor negro e a forma de representá-lo, desafiando as visões tradicionais da história e cultura do Brasil.

Relacionado a isso, a "escrevivência" de Evaristo se mostra essencial quando se trata da autodefinição e autoafirmação de homens e mulheres negros e negras na sociedade. A junção das palavras "escrever" e "vivência" foi elaborada pela autora em sua dissertação de Mestrado, intitulada "Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade" (1996). Ao falar sobre a poesia ou a palavra poética que tira o corpo negro da marginalização, onde "a escrita do corpo pode denunciar tanto o 'apartheid nosso de cada dia' como construir cantos repletos do mais profundo orgulho étnico, comemorando esse corpo que, com suas marcas, sua postura, sua relação com o tempo e espaço, caracteriza uma cultura" (p. 10).

Em vista disso, o livro "Cartas para minha avó" (2021), da autora contemporânea afro-brasileira Djamila Ribeiro, reflete bem esses aspectos de denúncia e valorização de experiências ancestrais. Ao narrar as violências raciais e de gênero que permearam o cotidiano de sua avó Antônia e sua mãe Erani, Ribeiro, além de pôr em destaque as mulheres de sua linhagem – que lutaram contra o racismo com as armas que tinham e ofereceram aos seus filhos o que receberam da melhor maneira possível – faz as pazes com as lembranças dolorosas e a saudade de suas mais velhas.

### **3. A FORÇA ANCESTRAL EM "CARTAS PARA MINHA AVÓ"**

A ancestralidade negra, perpassando a religiosidade, a culinária, as danças, as linguagens e as lutas advindas de África, desempenhou o papel de não deixar elementos de uma cultura morrer. Contudo, como já visto, o racismo e a segregação, legalizados por mais de três séculos, também passariam um "legado" de dor e miséria de uma geração para a próxima, difícil de ser superado instantaneamente.

Para as mulheres negras vítimas do sistema escravista, o racismo não era a única coisa contra a qual precisavam lutar. O início da vida em cativeiro foi árduo. A divisão sexual do trabalho na colônia, colocou escravas na condição de amas de leite, domésticas, ganhadeiras e reprodutoras de mão de obra gratuita, sendo na maioria dos casos frutos de estupros cometidos pelos senhores.

Ainda assim, uma grande maioria das mulheres cativas, além dos trabalhos domésticos, foram forçadas a exercer trabalhos braçais nas lavouras. “No que dizia respeito ao trabalho, a força e a produtividade sob a ameaça do açoite eram mais relevantes do que questões relativas ao sexo” (Davis, 2016, p. 25). Estruturando-se o país em uma base racista-patriarcal-capitalista-heteronormativa, certamente a construção sócio-histórica dessas mulheres foi perpassada pelos mais diversos tipos de violências.

A partir desse cenário se inicia a marginalização e estereotipação das mesmas. Aprisionadas no lugar de “mãe preta”, “empregada doméstica”, “mulata sensual” e “forte e guerreira”, suas individualidades e subjetividades foram anuladas, agravando ainda mais seu estado de desumanização no meio social.

Partindo da premissa de que ao longo da história a mulher negra vem sofrendo opressões interconectadas, principalmente nas questões de raça e gênero, neste capítulo é pretendido discutir como tais violências se manifestam na prática e problematizar esses lugares impostos às mulheres de cor, a partir das protagonistas da obra “Cartas para minha Avó” da autora Djamila Ribeiro. se propondo também a relacionar a partir da obra, a ancestralidade negra como “a linha temporal dos valores que, ao longo dos séculos, nos alimentam, (pois), entender a força ancestral e reconhecê-la na vida comunitária significa resistir” (Oliveira, p. 111).

#### **3.1 Intersecções de racismo e violência de gênero na obra**

Apesar da luta feminina ter um destaque maior em determinados períodos da história, é importante ressaltar que a mesma desde os primórdios do patriarcado já se anunciava, “isso

porque a luta feminina caminha lado a lado com a evolução histórica da sociedade, abarcando inúmeros períodos significativos” (Menuci, p.1).

No final do século XIX, início do XX, em meio as sociedades americana e europeia, surge a chamada primeira onda do movimento feminino, marcado pela corrente sufragista, que buscava o direito ao voto para as mulheres. Posteriormente, uma sequência de outras ondas emergiram em diferentes partes do globo.

Em países como França, Alemanha, e Estados Unidos, as mulheres a fim de acabar com o cenário desigual ao qual estavam submetidas foram às ruas, e a partir de seus esforços conquistaram espaços, direitos e voz. No Brasil, inspiradas por tais movimentações, as mulheres também deram importantes passos para a aprovação de seus direitos, as mesmas adquiriram a garantia ao voto somente em 1932.

Suas principais reivindicações estavam relacionadas com a igualdade no trabalho, educação, direitos reprodutivos, políticos etc. Diante disso, muitas outras vitórias foram sancionadas a parcela feminina da sociedade brasileira, mas um questionamento é essencial, de que mulheres estamos falando?

Sueli Carneiro (2019), em seus estudos acerca do feminismo negro, enfatiza o fato de que a experiência histórica de mulheres negras não se assemelha a de mulheres brancas, ao lançar o questionamento “de que mulheres estamos falando?”, a autora reitera que mulheres escravas já chegaram nessa nação tendo sua força de trabalho explorada, nunca foram colocadas como frágeis, “modelo estético de mulher”, “rainha do lar” ou “musa idolatrada dos poetas”, ao contrário disso, sempre foram vistas com “um contingente de mulheres com identidade de objeto”. (p.325-326)

Sojourner Truth, nascida sob o nome de Isabella Baumfree, em Swartekill, Nova York, foi uma figura proeminente: uma mulher negra e escravizada que se tornou uma importante abolicionista afro-americana, além de escritora e ativista pelos direitos das mulheres. Em 1851, ela apresentou seu discurso mais célebre, “E eu não sou uma mulher?”, durante a convenção dos direitos das mulheres em Akron, Ohio, Estados Unidos. Nesse discurso, a ativista questiona a noção universal de "mulher", argumentando que essa definição logicamente não incluía mulheres como ela, que não recebiam as mesmas cortêsias ou cuidados, como ser ajudada a subir em carruagens, atravessar lamaçais ou ocupar os melhores lugares.

Segue um trecho do discurso de Truth:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher?

Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? [...]

Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer. (Robinson apud Ribeiro, 2017, p. 19-20).

A noção foucaultiana de discurso estabelece que o mesmo não se apresenta como um mero agrupamento de palavras ou frases, sendo uma prática que constitui e organiza a realidade social, sendo impossível o separar do poder e do ser. Para Foucault (1999):

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (p.8-9)

Considerando o discurso como um produto de seu tempo, onde o poder de fala e a autoridade discursiva é rigorosamente controlada, se relacionando diretamente com o poder e o ser, é possível pensar quão grandiosa foi o discurso de Truth. Essa fala, futuramente, contribuiria para a construção de identidades e subjetividades de pessoas que, assim como ela, foram vítimas do sistema escravista, e transformaria a forma como afrodescendentes se entendem e se posicionam no mundo.

Essa declaração vai muito além de meras carruagens ou poços de lama. Ela revela um compromisso social do qual certas mulheres são excluídas, e também a brutalização imposta que, para grande parte da população negra feminina, frequentemente se transforma em resistência. Além disso, nota-se que, ainda no século XIX, tanto essa quanto outras intelectuais negras já abordavam em suas produções as dificuldades inerentes à condição da mulher negra.

O termo interseccionalidade foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos por Kimberlé Williams Crenshaw, em 1989, mas mesmo antes, como já visto na fala de Truth, já se propagava a ideia de opressões cruzadas na vida das mulheres de cor, onde o conceito do referido vocábulo foi pensado, justamente por essa necessidade das mesmas colocarem suas

questões em pauta, visto que tanto no feminismo dito universal quanto no movimento antirracista, isso não era posto em debate.

Carla Akotirene, em seu livro “Interseccionalidade” (2019), também critica esse feminismo hegemônico, e adverte sobre os desafios conceituais e riscos de esvaziamento ao se tratar da interseccionalidade, bem como a conecta com a história e luta a partir de um contexto político e cultural. Para ela:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-hetero-patriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. (p.14)

Em “Cartas para minha avó” (2021), Djamila Ribeiro vai além de um relato pessoal sobre as lembranças da relação com sua avó, sua mãe e atualmente com sua filha. A autora tece uma denúncia contundente e um alerta urgente para outras mulheres negras, evidenciando como as agressões interseccionais — especialmente a objetificação — são frequentemente naturalizadas em nossa sociedade.

Segundo Iana Lima (2016), a objetificação se manifesta na forma como as mulheres são vistas, limitando sua autonomia e o direito sobre seus próprios corpos. Nela, a mulher é tratada por sua utilidade ao outro, o que se evidencia em diferentes práticas, como a subordinação de gênero, sexualização precoce, a cultura do estupro e o assédio.

Para mulheres negras, tais práticas são ainda mais violentas. Essa perpetuação do passado insiste em hipersexualizá-las, um cenário que está refletido na obra base deste estudo, onde Ribeiro relata situações de assédio vivenciadas desde a infância até sua fase adulta.

Uma vez foi num ônibus intermunicipal, quando estava indo a São Vicente com minha mãe. O ônibus estava cheio, nós estávamos em pé e um homem se aproximou de mim. Eu era pequena ainda, mas brincava de tentar segurar na parte alta do suporte. Meus seios estavam crescendo, eu usava uma blusa um pouco cavada e não entendia por que o homem, toda vez que eu erguia os braços e ficava na ponta dos pés, inclinava a cabeça em direção ao meu corpo. Eu me lembro dessa cena como se fosse hoje. Na minha inocência de criança, não entendia. [...]  
 A outra foi quando comecei a andar de ônibus sozinha.[...] Um dia, enquanto eu esperava o ônibus, um homem passou de bicicleta me olhando. Um pouco mais adiante, ele parou e me ofereceu carona. Ele acenava com a cabeça e apontava para o cano da bicicleta, dizendo para eu subir ali. Eu neguei, mas ele ficou insistindo, dizendo: “Vem cá, eu te levo”. Eu lembrava da voz contundente do meu pai e negava. (Ribeiro, 2021, p.35-36)

A sexualização precoce e o assédio são, infelizmente, parte do cotidiano da maioria das meninas negras. Essa realidade reflete um passado recente, no qual mulheres e meninas escravizadas eram tratadas como propriedade. Em uma experiência similar, a própria Djamila Ribeiro, anos depois com sua filha Thulane, vivenciou a mentalidade de posse que o patriarcado impõe sobre a figura feminina.

Quando Thulane tinha seis anos, um homem disse que ela daria muito trabalho para o pai. [...]Ele estava não apenas sexualizando uma criança, mas também colocando-a sob o controle masculino. Thulane não daria trabalho à mãe, mas a quem era proprietário dela (Ribeiro, 2021, p.97).

A partir desse trecho, é perceptível como a mulher não é considerada um sujeito completo, mas sempre o Outro. A perspectiva da categoria Outro, formulada pela filósofa francesa Simone de Beauvoir em “O Segundo Sexo” (1949), revela-se interessante.

Em seu interior, com foco nas mulheres, a autora além de questionar as noções de feminilidade e desmistificar os papéis de gênero, enfatiza também o fato de a mulher ser vista sempre como Outro em relação ao homem, e nunca pensada a partir de si. Para ilustrar essa ideia, Beauvoir afirma que: “A humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (Beauvoir, 1970, p.10).

Em um outro episódio, Djamila descreve uma experiência com um ficante de pouco tempo. Ao decorrer da relação, já foram demonstrados comportamentos machistas e sexistas, mostrando como tal mentalidade é tão natural que acaba se tornando um senso comum entres os homens, sejam eles negros ou brancos.

Um dia, ele apareceu na minha casa e pediu pra ver qual roupa eu usaria naquela noite. Ao ver que seria um macacão verde fluorescente e justo, ele me sugeriu rever o look, pois eu chamaria muita atenção e ele precisaria me proteger. [...] Fui chamá-lo pra dançar e ele se recusou, dizendo que “mulher dele deveria ficar com ele”. [...] Em dado momento, amigos dele sugeriram que ele fosse me tirar da pista, pois eu o estava desrespeitando. Incentivado por eles, meu acompanhante foi até mim e me puxou pelos braços, exigindo que eu parasse e o obedecesse. [...] Num determinado momento, cheio de coragem e com o peito estufado, ele parou e me disse: “Djamila, você precisa entender que o que é meu é meu”.[...] Assim que chegamos na minha casa, eu entrei sem dizer tchau, não sem antes ele tentar me impedir de abrir o portão do prédio. “Eu sou sujeito homem!”, ele dizia (Ribeiro, 2021, p.88-90).

A expressão “sujeito homem” se mostra repleta de masculinidade tóxica, a mesma coloca o sujeito de comportamento severo como dominador e proprietário, reforçando a agressividade e o controle. Pois como afirma Bollos (2025)

Quando falamos em “masculinidade tóxica”, não nos referimos a uma condenação à existência masculina, mas a um modelo cultural hegemônico que impõe aos meninos e homens um ideal de força, domínio e insensibilidade. Este modelo tem se revelado nocivo à saúde mental, ao convívio social, às relações familiares e, inclusive, à própria biologia.

As experiências amorosas de Djamila foram marcadas pelo olhar que sexualiza e as mãos indesejadas e apressadas apenas pelo desejo de possuir. Sua condição de mulher a colocava como “um produto que tinha como dono outro produto. Como negra, [...] era um subproduto que tinha como dono outro subproduto” (Ribeiro, 2021, p.76).

Dona Erani, mãe de Djamila, apesar de descrita como “uma aura de magia e nobreza” e “uma mulher muito inteligente”, também sofreu com o machismo. Ela se anulava constantemente por ter sido convencida de sua falta de talento e inteligência dentro de seu relacionamento e em um meio social que não legitimava mulheres como ela. Não tendo outra escolha, contentava-se em ser vista apenas como a dona de casa, a mãe e a esposa.

De fato, minha mãe cozinhou, lavou e passou a vida toda. Seus dias eram trabalhar, seja cuidando da casa dos outros, seja cuidando da nossa casa. Depois de casar, em vez de cumprir as ordens do patrão, ela precisava realizar os desejos do meu pai. O feijão tinha que ser feito na hora e temperado com linguiça e toucinho, ela não podia fazer grandes quantidades e congelar. O arroz precisava estar bem soltinho e temperado somente com alho, sem cebola. As camisas precisavam estar extremamente bem passadas e alinhadas. Tudo seguia um ritmo calculado e impositivo (Ribeiro, 2021, p.65).

É muito comum que mulheres negras desenvolvam uma baixa autoestima, o que as faz duvidar de seu valor e de suas habilidades. O sentimento predominante é o de que são menos dignas ou menos capazes do que pessoas brancas. O racismo estrutural, fundante da sociedade brasileira, marginaliza e inferioriza o povo afrodescendente; por isso, tal sensação de inadequação e desvalorização não são inatas.

Em sua análise majoritariamente psicológica e existencial, Fanon (2008) corrobora essa ideia ao mencionar às sequelas internalizadas pelo indivíduo negro devido ao processo de colonização e ao racismo. Para ele, “aquilo que se chama alma negra, é frequentemente uma construção do branco” (p.30). Essa percepção afeta profundamente a psique, a identidade e a autoimagem, levando à assimilação da inferioridade e à busca pelo “embranquecimento” como estratégia de ascensão e defesa.

Joaquim, marido de Erani, foi militante do movimento negro, comunista, estivador e sindicalista, porém, isso não o tornava menos machista em sua relação conjugal com ela. Tal relação muitas vezes foi marcada pela falta de afeto e traições por parte dele.

Homens negros mesmo sendo atingidos pelo racismo, assim como as mulheres negras, ainda desfrutam de uma posição de privilégio sobre elas, pois a estrutura patriarcal dominante internalizou nesse sujeito que, o domínio sobre as mulheres, a força e a ausência de emoções são uma valorização da masculinidade, os mesmos reproduzem esses comportamentos a fim de alcançar esse modelo “ideal”.

Isso não tira o mérito do pai da autora, que sempre a incentivou a ir pelo caminho do estudo, mas ao separá-lo da função de pai e de marido isso se torna um ponto de importante reflexão, pois o homem negro comumente é apresentado a um modelo de masculinidade patriarcal onde as funções domésticas e de cuidado frequentemente são relegadas as mulheres, enquanto os homens ocupam posições de liderar e prover.

A própria Djamilia afirma isso ao questionar as normas de gênero estabelecidas as mulheres e aos homens, ver sua mãe criando 4 filhos em tempo integral, limpando, cozinhando e lavando, e mesmo assim não tendo a valorização ideal pelo seu companheiro, talvez tenha contribuído para sua militância no feminismo negro. “Dona Erani foi uma mulher com os pés rachados e os olhos tristes. E foram raras as vezes que alguém, em vez de olhá-la com desprezo ou desdém, perguntou qual era a história por trás daqueles olhos castanho-escuros”. (Ribeiro, 2021, p.68)

Antes de se casar, Erani “foi um espírito livre enjaulado”, tinha vontade de jogar basquete na adolescência, mas esse desejo foi duramente reprimido, mas apesar disso, se mudou para a capital em um gesto de coragem. Trabalhou como doméstica, aguentando bravamente às investidas do patrão até conhecer Joaquim, com quem se casou e formou família. Antônia, mãe de Erani, também vivenciou situações semelhantes a da filha, foi mãe de 7 filhos e trabalhou durante anos como empregada doméstica para conseguir com muito sacrifício comprar sua casa própria.

Realidades como essas, mulheres africanas e afrodescendentes vivenciaram/vivenciam desde a trazida de África, as mesmas foram submetidas ao trabalho compulsório, a subalternização não/mal remunerada e por muito tempo a necessidade de sobrevivência não as deixou em pé de igualdade com mulheres da classe privilegiada, pois sempre estiveram na base da pirâmide, sustentando sua linhagem e a linhagem alheia.

No período colonial foram vítimas de violências que puseram à prova sua dignidade humana, já que não eram vistas como tal. Com a lei que pôs fim a escravidão essa população feminina negra ficou a margem, esquecida, e com o passar dos séculos, ainda assim, as filhas e netas dessas mulheres negras se tornaram reféns de uma marginalização moderna.

Isso é visto na obra, quando Djamila descreve o fato de quando precisou trabalhar para se manter na faculdade, e mesmo tendo cursos que a permitam ocupar um cargo equivalente ao seu estudo, isso não pareceu ser suficiente.

Um ano depois, passei na faculdade de jornalismo. Minha mãe [...] pediu um emprego pra mim para uma outra amiga, que era gerente numa empresa de engenharia. A tal amiga me ofereceu uma vaga de ajudante de serviços gerais, mesmo eu estando na faculdade e sabendo falar inglês. Dona Erani foi contra, não queria que eu tivesse o mesmo destino que ela, de “lavar privada para brancos”. (Ribeiro, 2021, p.53)

Com base nisso é possível refletir como o acesso a boas oportunidades de trabalho, são dificultados por diversos fatores estruturais invisíveis e às vezes muito visíveis. Rezende e Andrade (2022, p. 7), ao fazerem uma busca em sites *online* de vagas empregos, visando mostrar como anúncios que explicitam características fenotípicas relacionadas a “boa aparência” das candidatas consolidam o racismo e o sexismo.

A investigação constatou que em sites como LinkedIn (2022), Catho (2022), Vagas.com (2022) e Trovit (2022), estão presentes os termos ‘possuir boa aparência’, ‘possuir aparência cuidada’, ‘possuir ótima aparência’, ‘boa aparência profissional’ (essa característica é inegociável), ‘manter/possuir boa aparência visual’, ‘cuidados com a apresentação pessoal’, ou ‘cuidar da aparência física e mental perante a equipe e o público’. Isso Gonzalez traduz como: “que não se apresentem candidatas negras, não serão admitidas” (Gonzalez, 2020, p. 50).

Por conta dessa e de outras formas exclusão da mulher negra, o feminismo negro almejava essa autonomia de pensar questões sociais a partir da ótica de gênero, raça, classe, sexualidade, território etc. Ou seja, falarem por elas mesmas e estarem presentes com suas subjetividades, mas também enquanto coletividade, para assim pensar em uma sociedade que engloba tais mulheres como sujeito sócio-histórico, produtor de conhecimento.

Dessa forma, a luta das mulheres negras contra o cruzamento das opressões de raça e gênero “[...] vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como a questão de gênero na sociedade brasileira (Carneiro, 2019, p.327). Ou seja, essa intervenção, em essência, enfrenta o racismo como dominação sistêmica e interconectada com outras opressões, buscando também desmontar as estruturas de repressão que atingem particularmente as mulheres racializadas.

É fundamental destacar que este argumento não visa generalizar de uma forma limitante. Entendemos que a riqueza das experiências individuais é o que verdadeiramente

define o grupo; entretanto, este estudo tem seu foco maior na intersecção de raça gênero e classe no meio feminino para fins de compreensão, respeitando a singularidade das trajetórias pessoais e as múltiplas dimensões que o compõem.

Voltando ao contexto escravocrata, a prática da violência sexual generalizada e institucionalizada, tirou dessas mulheres o direito de ser mães e as colocou no lugar de escravas reprodutoras, visto que, os frutos de seus ventres, mesmo em gestações não desejadas, já tinham um destino traçado, indo do seio familiar ao seio de quem as explorava.

Contudo, o ciclo de sofrimento se perpetua pela combinação desses fatores devastadores, que são, na verdade, um projeto político de uma matriz colonial de poder. Conceito este, desenvolvido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, que o define como um padrão de poder global que se estabeleceu com a colonização das Américas e a emergência do capitalismo.

A imagem da mulher negra forte e guerreira, aquela que aguenta tudo em nome de todos também foi fundamentada no período colonial, esse “legado” de força vieram de mulheres como Sojourner Truth, que em momento algum tiveram seus clamores de dor diante dos açoites ou da venda do filhos ouvido.

À própria Djamilia relata a indiferença em relação a dor da mulher negra, a perda dos pais em um período curto de tempo, fez com que o sentimento de tristeza a invadisse, mas o único consolo que recebia era “Não chore, você precisa ser forte pelos seus irmãos”, “A vida é dura para quem é mole” ou ainda “Quando a vida te der limões, faça uma limonada”. Para a filósofa:

Há uma obrigação de felicidade insuportável. Uma obrigação de fortaleza insuportável. Em geral, as pessoas não se interessam em nos perguntar onde e como dói, pois acreditam que já conhecem o antídoto para a dor, ou que simplesmente não há a necessidade de senti-la. (Ribeiro, 2021, p. 11)

Antônia e Erani foram mulheres resistentes à dor, isso foi refletido na criação de seus filhos, não por querer, mas porque o tempo exigia.

“Estou te preparando para a vida”. Preparar para a vida, quando se trata de uma criança negra, é ser brutalizada o bastante para aprender a lidar com a brutalidade do mundo. É um ciclo que se propaga impedindo a gente de ser, somente ser. Eu passava horas fantasiando a vida que eu gostaria de ter, porque aquela com a qual eu tinha que lidar me causava náuseas. (Ribeiro, 2021, p.18)

A força imposta pela dureza da vida que tiveram, é reflexo de um estado omissivo e violento, há aí uma união pela Dororidade, termo criado pela intelectual Vilma Piedade. Tal

conceito é a fusão das palavras “dor” e “sororidade” e pode ser entendido como a dor que une, especificamente, une mulheres negras criando laços e as impulsionando para a resistência e a luta coletiva contra as opressões sistêmicas.

Quando eu argumentei que Dororidade carrega, no seu significado, a Dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo, destaquei que quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, têm um agravo nessa Dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para manutenção de Poder... E o Machismo é Racista. Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra Classe. Sai a Sororidade e entra a Dororidade. (Piedade, 2017, p. 46).

A dor fez com que Antônia e Erani não pudessem optar pela leveza, pois o mundo não ensinaria seus filhos e filhas negras com amor. Na vida dessas crianças racializadas o único privilégio que tinham era o de não errar, pois a violência os tem como seus alvos preferidos.

Evocando o passado, a prática de separação forçada de mães e filhos, maridos e esposas, sem dúvida dificultou a formação e manutenção de laços familiares e isso se repete hoje em dia com a violência policial contra os filhos e filhas de mães negras, normalmente moradoras de comunidades. No fim das contas, o ataque é o mesmo, os meios para tal é que se sofisticaram.

No âmbito da literatura clássica, não é incomum personagens negras serem retratadas nesse mesmo lugar de subalternização, inferiorização e sensualidade em que Antonia, Erani, a própria Djamilia e sua filha Thulane vivenciaram. Um exemplo disso aparece na obra adaptada “Peter Pan” de Monteiro Lobato, onde Tia Nastácia é constantemente hostilizada por Emília, pela sua condição de empregada negra.

— Cale a boca! — berrou Emília. — Você só entende de cebolas e alhos e vinagres e toicinhos. Está claro que não poderia nunca ter visto fada porque elas não aparecem para gente preta. Eu, se fosse Peter Pan, enganava Wendy dizendo que uma fada morre sempre que vê uma negra beijuda... (p.20)

A sensualidade vista como uma característica inerente a mulher negra ou a mulata, pode ser analisada em produções com “O Cortiço” (1997) de Aluísio de Azevedo, as personagens Bertoleza e Rita Baiana representam variados aspectos da mulher na sociedade da época, final do século XIX, em particular, a mulher negra. Enquanto Bertoleza ao lado de João Romão representava:

[...] o papel tríplice de caixeira, de criada e de amante. [...] Varria a casa, cozinhava, vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado por fora; fazia a sua

quitanda durante o dia no intervalo de outros serviços, [...] E o demônio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e consertar, além da sua, a roupa do seu homem [...] ( p.3).

Rita Baiana, representava o símbolo da sensualidade e do instinto, objetificada em muitos momentos pela visão masculina e pelo narrador.

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; era o calor vermelho das sestas de fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras... Era a muriçoca doida, que esvoraçava havia tempo em torno do corpo dele assando-lhe os desejos<sup>6</sup>.

Considerando-se outros aspectos além das críticas às produções mencionadas, é inegável a contribuição das mesmas para a análise social em dada época. Sendo assim, o contexto de produção das obras é o retrato das camadas mais baixas da sociedade e os conceitos preestabelecidos que se concentraram na vida das mulheres de cor no contexto da pós abolição até os dias atuais.

Tais ideias preconcebidas, é o que Participa Hill Collins, importante socióloga americana, denominou de imagens de controle em sua obra “Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento” (2019). Ao analisar as representações atribuídas às mulheres no cenário americano, Collins afirma que tais ilustrações “são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (p.151).

A socióloga identifica quatro imagens de controle que se interligam, atuando a favor da combinação de diferentes formas de opressões, são elas:

A *Mammy* (Mãe Preta, no contexto brasileiro), é definida como uma figura maternal, cuidadora, submissa e obediente, dedicando-se sempre aos outros especialmente a famílias brancas.

A Matriarca, se configura como a mãe negra má, ou a representação da *Mammy* fracassada, tal termo é designado a aquelas que rejeitam a imagem de serviçais submissas e diligentes, afastando-se do modelo adequado ao gênero, não sendo femininas e colocadas como excessivamente fortes, sendo masculinizadas.

A Jezebel (Mulata Sensual, no contexto brasileiro), mulher naturalmente libertina, hipersexualidade, sexualmente agressiva e sem moral.

---

<sup>6</sup> Ibidem, p.48.

A *Welfare Mother* (Mãe Dependente do Estado, no contexto brasileiro) considerada uma versão atualizada da imagem da mulher procriadora desenvolvida no período escravocrata, nesse caso “[...] o problema é o acesso aos programas de assistência social. Ela é retratada como uma pessoa acomodada, satisfeita com os auxílios concedidos pelo governo, que foge do trabalho e transmite valores negativos para os descendentes” (Collins, 2019, p.166).

Nesse sentido, tais visões, se relacionam com a situação das mulheres negras brasileiras, visto que, são enxergadas de maneira muito semelhante. Assim sendo, é preciso entendê-las como um propósito ideológico, justificando e naturalizando opressões interseccionais ao colocá-las como inevitáveis e naturais.

Se um dia o feminismo partindo de mulheres brancas de classes privilegiadas buscou pensar a categoria “Mulheres” de forma universal, acabando por reproduzir ainda mais o racismo, o feminismo negro veio para pensar as violências que as mulheres negras vivenciaram a partir da interseccionalidade.

Dentro dessa matriz, tendo como lente a interseccionalidade entre raça, gênero, são necessárias algumas ações para tal desmonte. Em primeiro lugar, é imprescindível o reconhecimento do racismo estrutural como um sistema que influencia instituições, políticas e relações sociais, perpetuando desigualdades.

Posteriormente, é crucial compreender as complexidades das opressões e, simultaneamente, construir alianças sólidas que reconheçam e combatam a feroz luta patriarcal que vitimiza mulheres não brancas. Se questionar o porquê dos altos índices de feminicídio entre tais mulheres, o porquê ainda são a maioria no trabalho doméstico entre tantas outras questões.

A busca pela descolonização do saber também é fundamental para questionar as epistemologias e narrativas dominantes. Isso se faz necessário a fim de evitar o perigo de uma história única, que ainda insiste em apresentar o olhar dos vencedores sobre os povos socialmente racializados. Uma vez que “é assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna”. (Adichie, 2019, p.12)

### **3.2 Reconstruindo narrativas: a força da ancestralidade das mulheres negras**

“As histórias importam. Muitas histórias importam. [...] Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”. (Adichie, 2019, p.16)

O memoricídio é o processo de apagamento e conseqüente esquecimento de todo e qualquer patrimônio, seja ele tangível ou intangível, especialmente quando representa a oposição de um povo às forças colonizadoras (Báez, 2010). Em outras palavras, é uma política de afastamento de tudo que se relaciona aos povos subalternizados, excluindo-os dos espaços de memória de uma dada sociedade. Espaços que, por sua vez, oferecem perspectivas sobre o futuro ao guardar histórias.

Os colonizados, como inimigos, vivenciaram uma morte simbólica e cultural. Para Foucault (2005), a morte do outro "[...] não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; e mais pura" (p. 305).

O poder deslegitimador ou validador das histórias, está principalmente com quem as conta. Reconstruir histórias de mulheres como Antônia e Erani é uma forma de humanizá-las, e construir um pilar essencial para que as narrativas de outras mulheres negras ressurgam a partir da força da ancestralidade.

A homenagem presente na obra é a tradução perfeita da filosofia africana Ubuntu, sintetizado nas frases “Eu sou porque nós somos” ou “ Eu sou porque você é”, essas expressões desafiam o individualismo e remete a ideia de que é através da relação com outras pessoas que se pode ser plenamente humano.

Além dessas interconexões com os vivos, essa filosofia se estende aos que vieram antes. A existência é vista como uma continuação a partir das escolhas e sacrifícios dos ancestrais, ou seja, “Eu sou porque vocês foram”. Para Ribeiro, resgatar e valorizar as histórias de sua avó e de sua mãe foi crucial para compreender quem ela é no presente e para onde que trilhar o futuro.

A sabedoria é um elo guardado pelos ancestrais e passado de geração em geração. O mistério que envolvia dona Antônia talvez se juntasse ao das suas “mãos rápidas que benziavam o corpo enquanto sussurrava rezas quase incompreensíveis” (Ribeiro, 2021, p.11). Conforme declarado pela filósofa, em diálogo com o programa Metrópolis, sua avó foi uma pessoa marcante no lugar do afeto e acolhimento.

Embora a autora a tenha perdido cedo, aos 13 anos de idade, muitos anos depois ela faz esse retorno à ancestralidade com o intuito de retomar os laços, dizer o quanto que a figura dela de dona Antônia foi central para quem Djamila Ribeiro é hoje, lhe ajudando a fazer as pazes com o feminino, e a valorizar o lugar do cuidado, muitas vezes invisibilizado.

A escritora enfatiza essa necessidade de entender o lugar que essas mulheres brutalizadas partem, para a partir disso começar um processo de cura nessa linhagem. É visto na obra que o amor e acolhimento, a fé ao candomblé e a persistência de Dona Antônia, assim como o cuidado, proteção e as lutas diárias de Erani foram a manutenção ideal para a continuação da linhagem. Pois como afirma Ribeiro “E ali tudo fez mais sentido, a linhagem feminina da nossa família foi a responsável por ser a guardiã e protetora da nossa ancestralidade. Você foi iniciada, filha de Nanã, minha mãe, filha de Ogum, eu, filha de Oxóssi, Thulane, filha de Iemanjá”. (2021, p.146)

Em meio a tantas subjetividades femininas que se perderam nos convés, nas lavouras, nas senzalas e nas casas-grandes, é importante ir além das violências de gênero, é preciso falar também da luta e da oposição, pois “enquanto mulher negra, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais” (González, 1984, p.225).

A consciência das situações adversas vivida pelas mulheres racializadas é o que fez por exemplo Maria Firmina dos Reis especialmente em seu conto “A Escrava” (1887) trazer uma denúncia e uma visão das mulheres escravizadas que vivenciaram as injustiças da sociedade patriarcal e escravocrata da época. Carolina Maria de Jesus, assim como Reis, denunciava situações degradantes na favela, enquanto fazia parte dela. Sua obra foi de extrema importância para voltar os olhares em prol de benefícios às comunidades, onde comumente é apenas associada a violência e bandidagem.

As narrativas e histórias da vida dessas mulheres foram essenciais para a luta e o olhar voltado à comunidade afrodescendente feminina, assim, o conceito de lugar de fala se mostra necessário, uma vez que, a partir do lugar social ocupado pelas mulheres negras, é possível reconstruir identidades, evitando assim uma morte simbólica e cultural da população negra em geral e dessas mulheres em especial.

A partir da noção foucaultiana de discurso, Ribeiro, em seu livro “Lugar de Fala” (2021), aponta as possibilidades de conceituação de quem teria esse lugar de fala, essa definição tem sua origem imprecisa, e para isso, ela se vale de pesquisas de intelectuais como Grada Kilomba, Patricia Hill Collins, Linda Alcoff e Gayatri Spivak.

Mas afinal, quem pode falar? Com base nos estudos de Ribeiro é possível entender tal lugar, não apenas pertencente a determinados grupos, mas a partir da ideia de que todos temos um lugar de fala, porém o que vai variar é a posição social da qual cada indivíduo fala,

ou seja, as experiências de todos são válidas, pois cada um enxerga o mundo baseado em sua realidade social, financeira e pessoal.

O que vai contrastar dentro dessas vivências é a consciência sobre a visibilidade que determinados grupos historicamente subalternizados têm, o que permite ou não certos discursos de chegarem a lugares de escuta, entendimento e decisão. Para a filósofa:

As experiências desses grupos localizados socialmente de forma hierarquizada e não humanizada faz com que as produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de modo igualmente subalternizado, além das condições sociais os manterem num lugar silenciado estruturalmente (Ribeiro, 2021, p.63).

Conceição Evaristo, importante nome contemporâneo no cenário da literatura afro-brasileira, também faz o papel de a partir de suas produções retratar o cotidiano marcado por profundas desigualdades baseadas em raça, gênero e classe social. A pobreza, violência urbana, discriminação, racismo, a experiência da mulher negra, ancestralidade e memória são temas que frequentemente permeiam a escrita de Evaristo.

Voltando a obra base dessa pesquisa, as histórias de Dona Antonia e Erani poderiam não terem vindo a público, mas foi essencial para o entendimento de que as mesmas lutaram contra o racismo e a violência de gênero com as armas e o conhecimento que tinham, como aponta Ribeiro (2021, p.) no seguinte trecho: “Você (Antônia), que nunca soube o que era feminismo, minha mãe, que nunca soube o que era feminismo, me ensinaram a importância de me defender”.

Essa realidade foi e ainda hoje é vivenciada por mulheres, jovens e crianças negras, experimentando a proteção de suas mães velhas, na maioria das vezes chefes de família e mãe solo em dupla jornada. Tais narrativas anônimas, também são valiosas no sentido em que os ensinamentos, proteção e amor dados por essas mulheres negras representam a continuação de uma linhagem forte que agora mais do que nunca, tem coragem de mudar.

Quebrar padrões e romper com estereótipos, ainda mais se tratando de mulheres negras não é tarefa simples, pois se espera que as mesmas estejam como já mencionado no lugar de “mãe preta”, “empregada doméstica”, “mulata sensual” e “forte e guerreira”. entretanto, as narrativas de mulheres negras podem dar sentido a realidades, conectando umas com as outras mesmo com o marco temporal de tais histórias.

A força das narrativas é essa, conectam gerações, une culturas e indivíduos, e na maioria das vezes, muda realidades, trazendo o sentimento coletivo de que nessa luta contra o racismo, machismo e as diversas formas de violência, não se está só.

### 3.3 Resistir para (re)existir, lutar para permanecer

Resistência é uma característica do povo negro, a mesma pode ser entendida como a oposição, a não conformidade com as forças opressoras. Entretanto, além de resistir é preciso reexistir, ou seja, reconstituir a própria existência. Isso se deu pela criação de novas formas de se viver e pensar, contrariando as lógicas dominantes vigentes.

A luta envolve o esforço, o sacrifício e o confronto. A partir dela, é possível se manter presente. Contudo, as formas de resistir podem ser variadas, a luta de Dona Antônia por exemplo, pode ter sido o acolhimento, cuidado e amor para com os netos, mesmo criando seus filhos com a dureza que lhe foi imposta. Tal cuidado é evidenciado no seguinte trecho da obra de Ribeiro:

Vó, hoje eu entendo que, na sua casa, poder dormir somente com você também era uma forma de me proteger. Os conselhos insistentes para não sentar no colo de homem algum, mesmo sendo da família, também. Eu não entendia por que não podia demonstrar muito afeto pelos meus tios, primos, qualquer homem que fosse, mas hoje eu entendo. Você tinha medo, e acreditava que me tirar de perto era a única forma de proteção. Isso também era ensinar o que era a vida para uma menina negra. (2021, p.39)

A luta de Erani foi a pressa e rigidez em criar e proteger Djamila dos olhares que objetificam e das más intenções disfarçadas. Isso fica claro no trecho a seguir: “A força de minha mãe, que ela aprendeu com você, me protegeu: afugentou tarados em ônibus, pôs pra correr abusadores que ficavam à espreita em postos de gasolina, não sentiu pena de afilhados. [...] Minha mãe jamais permitiu que homem algum tocasse suas filhas<sup>7</sup>”.

Essas lutas foram essenciais para que Ribeiro seguisse, permanecesse e se tornasse uma das intelectuais de referência na contemporânea sobre a temática racial. A produção em si, também pode ser interpretada como uma agradecimento à ancestralidade se instaurando no campo das epistemologias de reexistência.

A luta pela permanência que não se inicia agora, envolve a necessidade de pensar a sociedade para seus iguais. As mulheres racializadas de outrora, colocadas sempre nos lugares de subalternização e cuidado, tem uma parcela de sucesso quando hoje veem seus frutos vivendo uma vida melhor do que a fora oferecida.

É indispensável reconhecer que não se chega a um lugar só, no texto desse estudo, Ribeiro reconhece o esforço de sua mãe durante toda sua trajetória escolar, se estendendo até sua entrada na universidade.

---

<sup>7</sup> Ibidem.

Meu pai foi um grande incentivador dos meus estudos, mas era minha mãe quem levava eu e meus irmãos para a escola. Foi ela que nos ensinou a pegar ônibus para que pudéssemos ir às nossas atividades. Foi ela quem lavou e engomou nossos uniformes e penteou nossos cabelos de forma impecável para que fôssemos bem arrumados para a escola. Acima de tudo, foi ela quem me ensinou a enfrentar a vida de cabeça erguida. Porque não basta somente incentivar aos estudos, era preciso ter alguém que também incentiva a andar com a espinha ereta (2021, p. 108).

Levando a luta e permanência para a coletividade, os movimentos em prol da população negra, a exemplo dos já mencionados quilombos e posteriormente o movimento negro – ressoaram na atualidade a percepção de que essa luta não pode, nem precisa ser individual. Isso é sugerido pelas epistemologias de reexistência que articulam teorias com práticas inspiradas na ancestralidade afro-brasileira. Essas práticas se baseiam na experiência comunitária de troca. (Santos; Santos, 2022)

Diante disso, é importante que os saberes baseados relacionados à comunidade afro-brasileira também sejam reconhecidos tanto quanto os saberes ditos tradicionais. Pois pela forte relação com a natureza, saberes quilombolas também ensinam o uso sustentável da terra, das águas, plantas e animais. Sendo possível compreender a importância da organização social e comunitária a partir das experiências desses grupos, ensinando a fortalecer laços e garantir a subsistência do grupo.

No campo artístico e dos diversos tipos de manifestações culturais o letramento também ocorre. A título de exemplo os “letramentos de reexistência” de Ana Lúcia Silva Souza (2009) , explora o movimento cultural *hip hop* como centro de letramentos, uma vez que os (as) participantes da pesquisa inseridos nesse contexto cultural, ao praticarem seus próprios tipos de letramento conseguiram mudar a forma como se veem e modificar seus papéis na sociedade.

Por isso, o distanciamento de narrativas e experiências eurocêntricas do universo branco, comumente colocando como prioridade apenas os valores, visões e vivências europeias ou das classes dominantes, é uma ferramenta central para a valorização de si e de suas raízes. Se atualmente há um lugar de fala aberto à população negra, certamente foi fruto de lutas contra um sistema que as quiseram calar, por isso cada vez mais tem se falado da importância de se ler autoras e autores afrodescendentes.

A resistência do povo africano e afrodescendente os tirou da subalternização enquanto escravos, as mulheres cativas foram cruzadas pela raça e inferiorizadas pelo seu gênero, entendendo aqui como afirma Angela Davis (2016) que não se trata de hierarquizar opressões, pois homens e mulheres afro-descendentes lutam contra o mesmo opressor. No

entanto, é evidenciado como o “ser mulher negra” vem carregado de duras expectativas e imposições.

Porém ainda é preciso resistir para que essa coletividade negra permaneça. Fortalecendo o grupo e expandindo os lugares de representatividade nos cenários social, econômico e político, entretanto sempre reconhecendo que a ancestralidade também faz parte disso, afinal, o futuro é ancestral.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, este trabalho buscou apresentar, inicialmente, uma breve contextualização sobre como as desigualdades persistentes que afetam a população negra têm suas raízes históricas entrelaçadas em um passado escravista. Por meio das figuras centrais do livro "Cartas para minha avó", também foi possível lançar o olhar em direção às violências cruzadas que mulheres negras vivenciam, tendo como ponto de sustentação a ancestralidade.

Através da análise de fragmentos da obra, dialogando com autoras e autores que, em suas produções, se atentam a aspectos que envolvem a população afrodescendente e o contexto em que a mesma está inserida, bem como o duplo atravessamento de opressões à parcela feminina negra, foi possível constatar que a construção da identidade negra foi fortalecida outrora pelo aquilombamento e, na atualidade, por movimentos de luta por representatividade e direitos; tudo isso sustentado pela ancestralidade negra.

Na produção base desse estudo, foi comprovado que a sabedoria e a proteção ancestral podem abrir espaço para o processo de cura de uma linhagem de mulheres brutalizadas, mas que, mesmo assim, assumiram o compromisso de estar ali pelos seus, mesmo que em lugares muitas vezes invisibilizados. Essas constatações reforçam a importância de, dentro das epistemologias dominantes, apontar para a necessidade de reconfigurar saberes e validar conhecimentos muitas vezes marginalizados.

É importante ressaltar que, para um único estudo, torna-se inviável analisar a totalidade dos aspectos desta obra. Em vista disso, as limitações deste estudo abrem caminho para futuras pesquisas. Em última análise, este estudo contribui para a criticidade em relação às desigualdades sofridas pela população afrodescendente, focando na situação das mulheres negras, e espera oferecer uma base sólida para novas discussões e avanços.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Cobogó, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AMORAS, Maria; COSTA, Solange Maria Gayoso da; ARAÚJO, Luana Mesquita de. **O ativismo das mulheres negras escravizadas no Brasil colonial e pós-colonial, no contexto da América Latina**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 23, 2021. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6571>>. Acesso em: 22 maio. 2025.

ASPHE, Revista. (2012). **Lei n. 1, de 1837, e o decreto n. 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro - 1837**. Revista História Da Educação, 9(18), 199–205. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29135>>. Acesso em: 29 mar 2025.

AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30<sup>a</sup> ed., São Paulo: Ática, 1997.

BÁEZ, F. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Boas, Franz. **Raça e Progresso**. In: Castro, Celso (Org.). Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOLLOS, Rubens. **Do conceito à insurgência: por que falar sobre masculinidade tóxica - Parte 1**. Revista Educação, São Paulo, maio 2025. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2025/05/09/masculinidade-toxica/>>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BONILHA, T. P.; SOLIGO, Â. F. **O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira**. Revista Iberoamericana de Educación, Madrid, v. 68, n. 2, p. 31-48, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.35362/rie682183>>. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil**. Rio de Janeiro, 25 de março de 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acesso em: 29 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, e outros regulamentos. Planalto. Brasil

,1871. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885.** Regula a extinção gradual do elemento servil. Planalto. Brasil, 1885. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM3270.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm)>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. 1850. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm)>. Acesso em: 04 abr 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2003]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 6 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm)>. Acesso em: 06 jun. 2025.

CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** 2005. p.339 (Tese de doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 24 abr 2025.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2004. Disponível em: <[http://www.sergiofreire.pro.br/ad/CHAUI\\_OQI.pdf](http://www.sergiofreire.pro.br/ad/CHAUI_OQI.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVULSKY, Alessandra. **Colorismo.** São Paulo: Jandaíra, 2021.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo, n. 23, 2007, p. 100-122. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>>. Acesso em: 20 abr 2025.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira.** Terceira Margem, Rio de Janeiro, v. 14, n. 23, p. 113-138, dez. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953>>. Acesso em: 20 jun.. 2025.

EVARISTO, Conceição. **Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira.** Revista Palmares. Brasília, ano 1, n. 1, p. 52-57, ago. 2005. Disponível

em: <<https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/52%20a%2057.pdf>. Acesso em: 20 jun.2025.

EVARISTO, Conceição. **Literatura afro-brasileira: uma poética de nossa afro-brasilidade**. 1996. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/view/10953>>. Acesso em: 20 jun.. 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Aspectos da influência africana no Brasil**. Revista del CESLA, n. 7, 2005. Disponível em: <<https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/264/260>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

GONZALES, Lélia. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 235-257.

GONZALES, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, p. 223-244, 1984. Disponível em: <[https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06\\_GONZALES\\_L%c3%a9lia\\_Racismo\\_e\\_Sexismo\\_na\\_Cultura\\_Brasileira\\_1.pdf](https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10316/1/06_GONZALES_L%c3%a9lia_Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira_1.pdf)>. Acesso em: 20 jun.2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. **Educação 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <[https://static.poder360.com.br/2024/03/PNAD\\_Educacao\\_2023-1.pdf](https://static.poder360.com.br/2024/03/PNAD_Educacao_2023-1.pdf)>. Acesso em: 16 abr 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Terreiros Tombados**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1312/>>. Acesso em: 06 jun. 2025.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**: Diário de uma Favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LABORNE, A. A. de P. **Branquitude em foco**: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <[hdl.handle.net/1843/BUOS-9TDHVV](https://hdl.handle.net/1843/BUOS-9TDHVV)>. Acesso em 24 abr 2025.

LIMA, Iana. **O que é objetificação da mulher?**. Politize, 11 fev. 2016. Online. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/o-que-e-objetificacao-da-mulher/>>. Acessado em: 11 dez. 2023.

LOBATO, Monteiro. **Peter Pan**: A história do menino que não queria crescer, contada por Dona Benta. Ilustrações: Manoel Victor Filho. Editora Brasiliense S.A.

MAIA, S. **A branquitude das classes médias**: discurso moral e segregação social. In: MÜLLER, T. M. P.; CARDOSO, L. (orgs). Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 107-120.

MENEZES, F. C. **Repensando a funcionalidade do Racismo para o capitalismo no Brasil Contemporâneo**. Libertas, Juiz de Fora – v.13, n.1, p. 9-72, jan./jun. 2010. 240 p. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.edu.br/index.php/libertas/article/view/18255/9496>>. Acesso em: 20 abr 2025.

MENUCCI, Julia Monfardini. **Movimento Sufragista e a Conquista do Voto Feminino no Brasil**. In: I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/download/932/6/7996/38908>>. Acesso em: 30 abr 2025.

MOURA, C. **A Quilombagem como expressão de protesto radical**. Revista movimento. 2019. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/moura/2001/mes/quilombagem.htm>>. Acesso em: 09 mar 2025.

MOURA, C. **Escravidão, colonialismo, imperialismo e racismo**. Afro-Ásia, Salvador, n. 14, 1983. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/download/20824/13425&ved=2ahUKEwit3t6S9J2NAXUKGrkGHcGCBpAQFnoECB4QAQ&usq=AOvVaw1SMZUkmSL2GWRtc8Gjd2gw>>. Acesso em: 14 abr 2025.

MOURA, Clóvis. **A quilombagem como expressão de protesto radical (2001)**. Revista Movimento, nov. 2019. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2019/11/a-quilombagem-como-expressao-de-protesto-radical/>>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Moura, C. **Quilombos: resistência ao escravidão**. Teresina : Ed UESPI, 2021. 5ª ed. -112.p. Disponível em: <<https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/download/55/45/283-1?inline=1>>. Acesso em: 12 abr 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: Identidade Nacional versus Identidade Negra. Petrópolis: Vozes, 1999. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://we.riseup.net/assets/432688/docslide.com.br%2Brediscutindo-a-mesticagem-no-brasilkabengele-munanga.pdf&ved=2ahUKEwjYtbz9xpyNAXVgB7kGHSEyOuMQFnoECBsQAQ&usq=AOvVaw0x-nTBPdfvTG9OmQCCHMMS>>. Acesso em: 04 abr 2025.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia (2003)**. Galedés. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-da-s-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2025.

- NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro** : processo de um racismo mascarado. 3 ed. São Paulo : Editora Perspectivas, 2016.
- OLIVEIRA, J. J. de. **ANCESTRALIDADE E AFRO-BRASILIDADE**. Revista Mosaico - Revista de História, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 1, p. 108–124, 2023. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/9213>>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- PROENÇA FILHO, Domício. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. Estudos Avançados. São Paulo, v. 18, n. 50, Abr. 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980#:~:text=Procura%20marcar%20a%20ultra%20passagem%20do,de%20auto%20da%20etnia>>. Acesso em: 03 jul. de 2025.
- REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês (1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 665.p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/549246263/J-J-REIS-Rebeliao-Escrava-No-Brasil-A-Historia-Do-Levante-Dos-Males-Em-1835>>. Acesso em: 12 abr 2025.
- REZENDE, A. F.; ANDRADE, L. F. S. **Racismo, sexismo e resquícios do escravismo em anúncios de empregos**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 3, p. e2022–0036, 2023. DOI: 10.1590/1679-395120220036. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/88363>>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- RIBEIRO, Djamilia. **Cartas Para minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIBEIRO, Djamilia. **Djamilia Ribeiro fala sobre momentos marcantes da vida**. Entrevista concedida à Casa Vogue Brasil. YouTube, 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/g2g31hzD6II?si=nIHc5LlfVKjn7Fg>>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- RIO DE JANEIRO (Província). **Lei nº 1, de 2 de janeiro de 1837**. Dispõe sobre a organização da instrução primária pública na Província do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/asphe/article/download/29135/pdf>>. Acesso em: 17 abr 2025.
- RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011. 95 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 5 jun. 2025.
- SANTOS, Gersiney; SANTOS, Daiane Silva. **Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e aquilombagem crítica**. Revista Brasileira de Educação, v. 27, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270028>>. Acesso 30 Jun. 2025.
- SOARES, Vera. **Movimento Feminista Paradigmas e desafios**. Revista Estudos Feministas, [S. l.], p. 11, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16089>>. Acesso em: 17 maio. 2025.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop**. Campinas, SP, 2009.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.